

# BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 05 - Nº 44 - FEVEREIRO 2020



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



# APRESENTAÇÃO

A edição de fevereiro do *Boletim de Análise da Conjuntura* chega no momento em que as falsas promessas do governo federal de que haveria retomada do crescimento econômico caem por terra, a ação das milícias e sua ligação com a família Bolsonaro se tornam cada vez mais explícitas e parte da imprensa tradicional brasileira está em guerra com o presidente. Em março, preparam-se manifestações em defesa da democracia e dos direitos sociais, por um lado, ao passo que a extrema direita promete ir às ruas contra o Congresso Nacional.

A seção **Internacional** trata das eleições primárias democratas nos Estados Unidos, da situação política e social na América Latina, de conflitos no Oriente Médio e do processo de mobilização na Índia.

O calendário de desmonte das estatais para o próximo biênio, com intensificação do processo de privatizações e enxugamento de empresas públicas é o tema da seção **Estado**, que mostra um cenário de redução de participações acionárias, abertura de compras governamentais para empresas estrangeiras, venda de empresas subsidiárias e transferência do Programa de Parcerias e Investimentos para o Ministério da Economia.

A seção de **Política e Opinião Pública** relata as recentes mudanças ministeriais e do papel dos militares no Planalto. Também aborda o conflito aberto entre Executivo e Legislativo, em especial o discurso bolsonarista antidemocrático que norteia as manifestações convocadas para o dia 15.

A agenda do Supremo Tribunal Federal é o tema em **Judiciário**. Não há um procedimento explícito que defina os temas a serem discutidos, o que, em uma conjuntura de instabilidade institucional, impossibilita à Suprema Corte trazer as respostas necessárias para a retomada da democracia no Brasil.

Em **Segurança Pública**, uma análise de dois eventos que levam a refletir sobre a relação das polícias

com seus respectivos governos estaduais e o bolsonarismo: o assassinato do miliciano, o ex-capitão da polícia fluminense Adriano da Nóbrega na Bahia; e o motim da polícia no Ceará, que paralisou as forças de segurança por treze dias no estado.

Na análise **Social**, os dados do mercado de trabalho mostram que a desocupação tem caído no país devido à inatividade, ou seja, porque muitos brasileiros e brasileiras se retiraram do mercado. Também são temas o desmonte na proteção social no Brasil e a intensificação dos ataques à liberdade acadêmica e à educação.

A reversão das expectativas otimistas sobre o possível crescimento do PIB em 2020 é o assunto da seção **Economia**, com a indicação de mais um ano pífio que aponta para o acirramento das tensões dentro da cúpula do governo e a crescente insatisfação com a política econômica de Paulo Guedes.

A análise **Territorial** mostra como a composição do Conselho da Amazônia, a MP da grilagem, as discussões nos fóruns internacionais, os projetos de lei do licenciamento ambiental e também da exploração de reservas indígenas podem afetar a realidade brasileira, como parte das medidas do governo Bolsonaro que ameaçam o meio ambiente e os povos indígenas.

Em **Comunicação**, são temas o acirramento dos conflitos da mídia tradicional brasileira com Bolsonaro, a repercussão nas redes sociais dos ataques misóginos do presidente à jornalista da Folha de S.Paulo, Patrícia Campos Mello e os principais assuntos noticiados sobre o Brasil na imprensa internacional.

Por fim, **Movimentos Sociais** aborda a paralisação dos petroleiros, que durante vinte dias enfrentaram um Executivo truculento, a indiferença da mídia, a perversidade do Judiciário e apatia da população, além das novas disputas nas ruas que virão em março.



*Esta seção trata das primárias democratas nos Estados Unidos, da situação política e social na América Latina, de conflitos no Oriente Médio e do processo de mobilização na Índia.*

## Primárias democratas nos Estados Unidos

Após a realização das eleições primárias em quatro estados, Iowa, New Hampshire, Nevada e Carolina do Sul, para escolher o candidato do Partido Democrata que enfrentará o republicano Donald Trump em novembro, Bernie Sanders conquistou 58 delegados. Até Nevada, o segundo colocado era Peter Buttigieg, porém Joe Biden foi o vencedor na Carolina do Sul e voltou para o páreo, com um total de cinquenta delegados, e Buttigieg desistiu de participar.

Para obter a indicação da candidatura, são necessários 1.991 votos. Do conjunto de 3.980 votos dos delegados à convenção democrata no meio do ano, 771 são de “super delegados”, isto é, detentores de mais de um voto por serem dirigentes partidários ou parlamentares que representam a burocracia do partido e buscam garantir que o resultado não contrarie sua cúpula. Se nenhum candidato chegar à convenção do partido com os 1.991 votos, eles farão a diferença e já há indícios de que preferirão um candidato “moderado” em vez de Sanders.

A burocracia não é composta somente pela direção formal do Partido Democrata, mas também influenciada nos bastidores por certas famílias como os Clinton, a “sagrada família” Podesta e os Kennedy, estes últimos menos em comparação com o passado. Suas ligações com o sistema financeiro, a indústria armamentista, o sistema privado de saúde, o lobby israelense, entre outros, são profundas, conforme já se verificou quando Barack Obama, um

parlamentar negro e progressista, foi escolhido candidato em troca de fazer uma série de concessões para estes setores na hora de compor seu governo. Ele incluiu figuras como Hillary Clinton para secretária de Estado e Timothy Geithner para secretário do Tesouro, além da continuidade de Ben Bernanke na presidência do FED, o Banco Central. Assim, foi mantida a política neoliberal de Bill Clinton e a influência de “Wall Street”, bem como a incidência do lobby israelense sobre a política externa dos Estados Unidos.

A disputa interna entre Sanders e os demais candidatos está se transformando em uma definição entre um candidato abertamente social-democrata e outros considerados liberais moderados, que, na interpretação da mídia e da burocracia partidária, representam a única tendência política capaz de capturar os votos democratas liberais e dos republicanos descontentes com Trump, pois a retórica socialista de Bernie Sanders espantaria este setor do eleitorado. Alguns democratas chegam a chamá-lo de comunista. A rigor tudo isso é uma falácia, pois em 2016 Hillary Clinton teve quase três milhões de votos a mais do que Donald Trump e perdeu a eleição mesmo assim devido ao sistema de votos no colégio eleitoral, pois na maioria dos estados o vencedor leva todos os delegados e o republicano venceu em alguns estados cruciais por mínima diferença. Esta regra lhe concedeu os votos necessários no colégio.

Tradicionalmente, o eleitorado democrata tende a respeitar o resultado das primárias e, além disso, pesquisa recente mostrou que 26% dos que responderam consideraram Bernie Sanders o mais preparado para enfrentar Trump, contra 20% que opinaram a favor de Mike Bloomberg, um candidato que entrou atrasado na disputa das primárias. Sanders também tem a melhor proposta para reformar o sistema de saúde dos Estados Unidos, que é a maior preocupação dos eleitores democratas. Ele propõe criar um sistema público de atendimento universal com a cobrança de impostos dos mais ricos e proibir o funcionamento do sistema privado. Além disso, mais de 40% dos estadunidenses opinaram recentemente em outra pesquisa que uma política socialista não seria má para o país.

Dessa forma, embora esteja na dianteira, o candidato mais perigoso que Sanders enfrentará nas primárias poderá ser Mike Bloomberg, caso este supere Biden na próxima etapa das primárias. Ele é um ex-republicano que foi prefeito de Nova Iorque e autor da política de segurança “tolerância zero” conhecida internacionalmente. É um bilionário que está colocando muitos recursos próprios na campanha, provavelmente algo como um bilhão de dólares, e que ingressou na disputa tardiamente, apenas no dia 3 de março.

### **Mobilizações e repressões na América Latina**

O quadro de mobilizações na América Latina prossegue no Chile e na Colômbia, embora no primeiro tenha sido convocado um plebiscito para o mês de abril para definir se a população quer ou não a instalação de um congresso para elaborar uma nova Constituição. No entanto, o mal estar popular continua, pois, os problemas que o motivaram prosseguem, e a possibilidade da elaboração de uma nova Constituição já vem cercada de inúmeras restrições quanto ao que os manifestantes reivindicavam, como, por exemplo, a instalação de uma Assembleia Constituinte e não um congresso e com paridade de gênero e representação de minorias.

Já na Colômbia prosseguem as paralisações e protestos periódicos sem que o governo tenha adotado medidas para dialogar e negociar as reivindicações populares. E, pior, o descumprimento das obriga-

ções governamentais quanto ao acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) continua, assim como os assassinatos de dirigentes sindicais, ativistas sociais e ex-guerrilheiros.

A guerra híbrida dos EUA contra a Venezuela agora entrou na fase da tentativa de desmoralizar as forças armadas do país, que apoiam Nicolás Maduro, com acusações de envolvimento da cúpula militar com o tráfico de drogas ilícitas.

Na Bolívia está em andamento a campanha eleitoral, com eleições previstas para 3 de maio. O candidato do MAS-IPSP, Luis Arce, apesar das dificuldades de fazer campanha, está na dianteira, de acordo com as pesquisas, mesmo que imprecisas, enquanto a direita se dividiu entre várias candidaturas, estando Carlos Mesa em segundo lugar na disputa. Suas ambições são muitas e, por isso, várias candidaturas, mas eles apostam na unidade num eventual segundo turno.

Evo Morales, exilado na Argentina, teve sua candidatura ao Senado vetada pelas autoridades eleitorais, o que demonstra a dificuldade da campanha e levanta dúvidas sobre a viabilidade da eleição e, principalmente, da posse de Arce se ele vencer.

Por outro lado, acabou de ser divulgada uma avaliação de professores do MIT dos EUA que concluíram que, apesar da polêmica entre a contagem rápida e a contagem real ocorrida na eleição anulada do ano passado, não houve fraude e eram infundadas as acusações da oposição boliviana de direita e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Particularmente esta última tem muito o que explicar para não confirmar mais uma vez o que dizia Fidel Castro: que a OEA era o Departamento de Administração Colonial dos Estados Unidos.

### **Conflitos no Oriente Médio**

A guerra civil na Síria pode tornar a adquirir uma dimensão internacional, quando o governo do país se movimenta para retomar o controle da cidade e região de Idlib, na fronteira norte com a Turquia. Ocorre que esta última apoia diretamente as forças rebeldes que ocupam essa região, pois pretende utilizá-la para devolver os quase três milhões de refugiados sírios que hoje estão em território turco e

assim também colocar uma cunha entre os curdos da Turquia e da Síria. Desta forma, há presença relevante de forças armadas turcas em território sírio e que estão sendo afetadas pelos bombardeios da aviação russa que apoia o governo sírio.

Um problema relevante é que isso pode transbordar em conflito aberto entre Rússia e Turquia e, conseqüentemente, arrastar oficialmente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em apoio a esta última, que é filiada à organização, pois um de seus princípios mais importantes é auxiliar um membro se for atacado.

Por outro lado, no Líbano prosseguem as mobilizações populares que levaram à renúncia do primeiro-ministro Saad Hariri. Levou quase três meses para que fosse substituído por outro membro da comunidade sunita, Hassan Diab. (Há um acordo político no Líbano desde os anos 1950, segundo o qual o primeiro-ministro será um sunita, o presidente um cristão maronita e o presidente do parlamento um xiita).

Entretanto, as mobilizações iniciadas quando o governo quis cobrar uma tarifa pelas mensagens de

whatsapp prosseguem, pois o mal estar popular, o desemprego de quase 30%, queda na renda e a falta de perspectivas para os jovens também continuam.

### **Mobilizações na Índia**

Continuam as mobilizações na Índia contra a lei que inclui a religião como elemento definidor da cidadania do país. Principalmente os muçulmanos, que são em torno de 20% da população indiana, temerosos que este critério seja utilizado para negar-lhes a nacionalidade. Aliam-se a eles os partidos de oposição a Narendra Modi, o atual primeiro-ministro conservador do partido BJP, que alega que foi o Parlamento indiano quem aprovou a lei e não ele, embora a considere absolutamente correta.

A manifestação mais recente provocou a morte de mais de trinta pessoas, pois a repressão é violenta e há também ações agressivas dos que apoiam a lei, principalmente militantes do BJP e outros da extrema-direita e que desde sempre foram favoráveis à expulsão dos muçulmanos da Índia.



*O governo divulgou o calendário de desmonte das estatais para o próximo biênio e em 2020 deve ser intensificado o processo de privatizações e enxugamento de empresas públicas. A redução de participações acionárias, a abertura de compras governamentais para empresas estrangeiras, a venda de empresas subsidiárias e a transferência do Programa de Parcerias e Investimentos para o Ministério da Economia devem contribuir para a desidratação das empresas estatais. O mesmo movimento, entretanto, não se observa naquelas empresas vinculadas a setores militares.*



## A dinâmica das privatizações em 2020

O governo federal indicou, nesse início de ano, que pretende intensificar e acelerar seu programa de desestatizações e desinvestimentos. Em 2019 o governo levantou cerca de 105,4 bilhões de reais com privatizações, e o volume executado de investimentos das estatais federais sofreu queda de 31,3%, de 84,8 bilhões em 2018 para 58,3 bilhões em 2019.

Para 2020 a expectativa é que se alcance cerca de 150 bilhões de reais com a venda de estatais. O número é aproximadamente 42% superior ao desempenho do ano passado. Além disso, a permanência da desalavancagem das principais empresas do sistema produtivo estatal deve reduzir ainda mais o nível de investimento público neste ano.

Os argumentos utilizados pelo governo para justificar as desestatizações e desinvestimentos seguem sendo os supostos ganhos de eficiência na gestão econômica e o enfrentamento da corrupção política. No entanto, se em 2019 tais medidas buscavam viabilizar as metas austeras de ajuste fiscal interno, em 2020 elas também buscam responder à crescente necessidade de recursos externos, dado o déficit projetado do balanço de pagamentos.

Tais objetivos poderiam esbarrar na decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal em 2019, segundo a qual a alienação de empresas-matrizes só pode ser realizada com autorização do parlamento e com realização de licitação. A mesma decisão, entretanto, liberou dessas exigências a venda de empresas subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista. A decisão não bloqueou a venda de ativos públicos, mas produziu uma ligeira mudança na estratégia do governo para as privatizações.

Em 2019 não foram poucas as declarações de que a intenção do ministro da Economia era se desfazer do maior número possível de empresas estatais, ora tomado por argumentos mais ideológicos do que políticos, ora jogando com as expectativas do mercado mais do que com os cenários exequíveis, mas sempre sinalizando a possibilidade inesperada de venda de alguma empresa estratégica.

Fato é que se por um lado as concessões avançaram conforme o planejado, por outro, isso não aconteceu com as privatizações. É bem verdade que a venda de ativos públicos assumiu proporção devastadora e sem precedentes, mas o governo também

enfrentou óbices políticos e de gestão que o impediram de realizar na velocidade desejada a venda, por exemplo, de empresas como EPE e EPL, além de ter recuado na venda integral da Petrobras e enfrentado atrasos na venda da Eletrobras.

De acordo com a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado, atualmente o governo possui 202 empresas estatais federais (46 de controle direto e 156 subsidiárias). Em 2019 o governo não concluiu a venda de nenhuma estatal de controle direto, mas avançou significativamente no desfazimento de subsidiárias, coligadas e empresas em que detinha participações. No total, foram 71 ativos alienados.

Diante da decisão do STF e do balanço do que foi realizado no primeiro ano de governo nessa matéria, cabe levantar a hipótese de que para ampliar suas metas de desestatizações e desinvestimentos em 2020 o governo esteja alterando sua estratégia de ação, transitando de uma “privatização em marcha forçada”, acompanhada de mais declarações do que ações, para uma “privatização em marcha silenciosa”, dessa vez, municiada de mais ações do que declarações. Nesse sentido, são pelo menos cinco os indícios que merecem ser observados com atenção.

1. Em 2020, o governo deve intensificar a redução de sua participação acionária em diversas empresas públicas e privadas. O caso mais emblemático já ocorrido foi o da venda das ações que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) detinha da Petrobras, por um valor de 22,06 bilhões de reais. O banco detinha cerca de 10% de participação ordinária na petrolífera brasileira, e, com essa operação, o peso estatal na direção da Petrobras chegará ao seu menor patamar histórico, perigosos 50,3%. É curioso observar: na carteira do BNDESpar as ações da Petrobras foram as que garantiram a maior taxa interna de retorno do investimento entre 2017 e 2019, um ganho de 42,5%. Se, por um lado, tal ganho já não estava sendo tão expressivo em 2020, por outro isso não justifica a venda das ações por um preço 1,57% abaixo do valor de mercado.

Vale lembrar que no final do ano passado a Caixa Econômica Federal já havia se desfeito de uma participação de 3,2% de ações ordinárias da Petrobras.

A busca por celeridade nas vendas por meio de ofertas públicas secundárias negligencia a depreciação dos preços e das condições de venda. Por exemplo, em 2019 o BNDES tentou vender suas ações. No mesmo ano, a venda das ações da BR Distribuidora aconteceu sem que a Petrobras cobrasse seu prêmio pela venda do controle da subsidiária.

Mais ainda, a venda secundária das ações – do proprietário para o mercado – em nada impacta as receitas das estatais, pois tratam-se de receitas financeiras que podem até aumentar o lucro do BNDES e da Caixa, implicando em mais IRPJ e distribuição de dividendos para o próprio governo federal, que, com esses recursos extraordinários ameniza parcialmente seus problemas de fluxo de caixa tributários. Aos poucos vai encolhendo o peso do Estado na fatia de ações com direito a voto na maior empresa brasileira. A expectativa é que este ano BNDES, BB e Caixa juntos devem se desfazer de mais de 60 bilhões de reais em ações e participações.

2. Além disso, na última reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos, o ministro da Economia anunciou o início das tratativas para a adesão do Brasil ao Acordo de Compras Governamentais (GPA) da OMC, abrindo o mercado de compras públicas do país para empresas estrangeiras. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), estima-se que as compras governamentais da União movimentem cerca de 324 bilhões de reais por ano, valor em torno de 5% do PIB. O peso do sistema produtivo estatal nesse item é significativo. Em 2017, Petrobras e Eletrobras foram responsáveis por 211 bilhões, ou seja: de 65% das compras governamentais atreladas ao governo federal. Apenas a Petrobras responde por 53% desse montante, contratando em média mais de quinze mil firmas, muitas delas nacionais. É preciso aguardar o anúncio dos detalhes do acordo, mas já é possível vislumbrar seus efeitos colaterais: redução da capacidade indutora do Estado sobre os investimentos, perda de possibilidades de articulação de uma política industrial e encolhimento do arco de ação das empresas estatais, o que redundará no seu enfraquecimento e na ampliação das possibilidades de privatização.

3. Mais ainda, a fim de contornar a decisão supracitada do STF sobre a nova sistemática de desestati-

zações e desinvestimentos, o governo e as empresas estatais têm se valido de um subterfúgio para encolher o tamanho das empresas-matrizes. Uma vez mais o exemplo é a Petrobras, que em 2019 anunciou a intenção de se desfazer de oito refinarias e seus ativos logísticos correspondentes, equivalentes à metade da capacidade de refino do país. Na primeira fase, já em curso, estão à venda RLAM (BA), RNEST (PE), Refap (RS) e Repar (PR). A questão que se impõe é a seguinte: ao contrário de outros ativos que se configuram sob forma de empresas subsidiárias, o parque de refino da Petrobras é parte integrante da empresa-matriz. Sendo assim, para se desfazer deles e contornar a decisão do Supremo, a Petrobras criará oito novas empresas subsidiárias que possam absorver os ativos de modo a viabilizar a desestatização. Em última instância, trata-se de uma operação jurídico-econômica que busca contornar pela trilha de menor resistência a sistemática das privatizações.

4. O governo indicou que em breve deve publicizar seu novo projeto de aceleração das privatizações. Deve propor que se pulem etapas internas no processo de desestatizações. Até 2019, para que um ativo da União fosse posto à venda era preciso que ele passasse pela Secretaria Especial do Programa

de Parcerias de Investimentos e pelo Conselho de PPI, ambos ligados à Casa Civil, para que então fosse encaminhado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado, esta ligada ao Ministério da Economia, que, por seu turno, consolida o Programa Nacional de Desestatização (PND). De acordo com o novo projeto será possível incluir uma estatal direto no PND, sem as etapas anteriores. O primeiro passo para essa mudança já foi dado nesse início de 2020, com a transferência do PPI para o Ministério da Economia. Além disso, o governo pretende consolidar a listagem de todas as empresas que devem ser privatizadas até 2022, a fim de negociar com o Congresso uma autorização única para a venda de todo esse bloco de ativos, exceto para estatais cuja venda precise de emenda constitucional ou projeto de lei específico. Trata-se da negociação de um salvo-conduto para uma privatização quase irrestrita.

5. Nesse início de ano, o Secretário de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado tem participado de diversas atividades do mercado financeiro para apresentar um cronograma das próximas privatizações, conforme o calendário abaixo. Em 2020 a “joia da coroa” das privatizações deve ser o grupo Eletrobras.

#### Calendário das privatizações

Previsão de venda	Ativo
Agosto de 2020	ABGF
Outubro de 2020	Emgea
Dezembro de 2020	Casa da Moeda do Brasil
Janeiro de 2021	Nuclep
Fevereiro de 2021	Ceitec
Abril de 2021	Ceagesp
Junho de 2021	Serpro
Junho de 2021	Codesp
Julho de 2021	CTBU
Julho de 2021	Trensurb
Julho de 2021	Telebras
Dezembro de 2021	Correios
Janeiro de 2022	EBC



Há, entretanto, um movimento distinto do descrito acima justamente nas empresas estatais ligadas a setores militares que têm sido fortalecidos, ao contrário do que acontece com as demais. A Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), vinculada à Defesa e à Marinha, teve seu capital aumentado em 7,6 bilhões de reais, já a Infraero Aeroportos, dirigida por um tenente-brigadeiro recebeu um aporte de 1,5 bilhão de reais, enquanto a Telebras, subordinada à pasta do militar-astronauta, recebeu cerca de 1 bilhão de reais. No caso da Infraero, o aporte do Tesouro respondeu a exigências contratuais de contrapartidas de concessões passadas. E, no caso da Telebras, o aporte foi para pagar despesas básicas. Tratam-se, portanto, de medidas pré-privatização. Mas no caso da Emgepron há projetos com potencialidade estratégica e mobilizadora de investimentos industriais. Num e noutro caso, com ou sem projeto de desenvolvimento, fato é que os militares estão sentados em instituições com potencial efeito positivo sobre as taxas de investimento e lucro.

Em alguns casos, a propósito, há até mesmo reminiscências da clássica articulação entre capital estatal, capital privado internacional e capital privado nacional. Um exemplo está na reafirmação recente das parcerias e contratos entre a Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep), ThyssenKrupp Marine Systems e Logsub Soluções Logísticas. Além disso, está em análise na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) um projeto que amplia o es-

copo de atuação da Emgepron permitindo que ela coordene a execução de projetos estratégicos não apenas da Marinha, mas também do Exército e da Aeronáutica; vale registrar, por fazer parte do complexo industrial de Defesa, a Emgepron pode dispor de regimes específicos de licitação, alguns deles já tem sido utilizados para a contratação de empresas nacionais, numa espécie de política silenciosa de conteúdo local. Novamente, com ou sem direção e coordenação, fato é que os militares estão com as mãos em alavancas que podem reativar algum nível de política industrial e tecnológica.

Mesmo no caso mais problemático de manifestação de falta de nacionalismo dos militares, a venda da Embraer para a Boeing, o desfecho da negociação impõe ponderações, pois, a joint venture deixou a Boeing com o controle de 80% da Embraer na área de aviação comercial, mas manteve a Embraer na área de defesa e segurança a uma distância relativa desse acordo. O ocorrido não diminui os riscos à soberania e não veda a transferência indevida de tecnologia nacional com todos os seus efeitos colaterais, mas mostra que, à sua moda, os militares estão utilizando os seus assentos e alavancas. Não necessariamente por meio de um comando ou de uma estratégia, mas mais por instinto de estamento e ocupação de espaço, são os militares os atores posicionados sobre alguns dos principais instrumentos de política industrial, investimento e reativação do crescimento econômico.

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

*A seção de Política e Opinião Pública de março trata das recentes mudanças ministeriais e do papel dos militares no Planalto. Também aborda o conflito aberto entre Executivo e Legislativo, em especial o discurso bolsonarista antidemocrático que norteia as manifestações convocadas para o dia 15.*



## Mudanças ministeriais e o aumento de militares no Planalto

Desde o início do ano, mudanças na Esplanada dos Ministérios foram realizadas pelo presidente Jair Bolsonaro. Com as alterações, os militares ganharam ainda mais espaço dentro do governo, principalmente nos cargos de articulação política, e ministros civis caíram.

Onyx Lorenzoni (DEM-RS), um dos principais aliados de Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018, foi realocado da Casa Civil da Presidência para o ministério da Cidadania. Este ministério, responsável por programas como o Bolsa Família, estava sob o comando, até então, de Osmar Terra (MDB-PR), que também foi ministro durante a presidência de Michel Temer. A Casa Civil, um dos principais cargos da República, foi paulatinamente desidratada no último ano, perdendo funções para outros ministérios que estavam sob comando de militares, como a Secretaria-Geral da Presidência. Uma das mudanças mais marcantes foi a retirada da Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ), responsável pela assessoria jurídica da Presidência, pela análise de decretos e propostas como um todo.

Para a vaga de Onyx, Bolsonaro nomeou o general da ativa Walter Souza Braga Netto, que comandou em 2018 a intervenção federal no Rio de Janeiro. Será a primeira vez em 35 anos que um militar comandará a Casa Civil da Presidência da República: o último havia sido o general Golbery do Couto e Sil-

va, chefe da Casa Civil durante o governo do general João Figueiredo (1979-1985), último presidente do regime militar.

No começo de fevereiro, o governo já havia feito uma alteração na Esplanada: Gustavo Canuto deixou de ser ministro do Desenvolvimento Regional e assumiu o Dataprev. Para seu lugar, foi nomeado Rogério Marinho (PSDB-RN), responsável por relatar a Reforma Trabalhista durante o governo Temer. Marinho ocupava até então a Secretaria da Previdência, no Ministério da Economia.

Duas alterações significativas também aconteceram na estrutura interna de ministérios. O presidente nomeou o almirante Flávio Augusto Viana Rocha para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, que agora ficará na estrutura direta da Presidência da República. Já o Conselho Nacional da Amazônia Legal, órgão criado em 1995 e que estava na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, foi transferido para a vice-presidência da República, e será comandado pelo vice-presidente Hamilton Mourão. Houve também enfraquecimento da ala ligada ao autointitulado filósofo Olavo de Carvalho. Um dos principais representantes do “olavismo” no Planalto viu suas principais atribuições serem deslocadas para um militar: diversas funções foram deslocadas da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, chefiada por Filipe Martins, e ficarão a cargo da Secretaria de As-

suntos Estratégicos, que, como citado, ficará agora sob comando militar e vinculada diretamente à Presidência (antes estava na Secretaria-Geral).

O saldo dessas mudanças é a força cada vez maior dos militares dentro do governo. Além da Casa Civil, comandam o Gabinete de Segurança Institucional, a Secretaria-Geral da Presidência e a Secretaria de Governo, tendo como titulares, respectivamente, o general da reserva Augusto Heleno, o capitão reformado da PM Jorge Antônio de Oliveira e o general da ativa Luiz Eduardo Ramos.

Com isso, todos os ministérios considerados “palacianos”, por terem atuação intrínseca à da Presidência da República, ou seja, no Palácio do Planalto, estão sob a tutela militar. São cargos de articulação política, de inteligência e de formulação estratégica. Civis com trânsito no Parlamento perderam espaço ou até sua função, como é o caso de Osmar Terra, que saiu do governo para reassumir seu mandato de deputado federal. A grande incógnita é o que isso representará do ponto de vista da articulação do governo com o Congresso Nacional e com a sociedade. Em um momento no qual crescem as tensões com o parlamento, com a imprensa, e o presidente convoca pessoas às ruas para pressionar parlamentares, o papel da caserna dentro do Planalto ganha cada vez mais importância e peso nos rumos do país.

### Conflito entre Executivo e Legislativo

Bolsonaro voltou a ameaçar as instituições democráticas, desqualificando o Congresso, ao rejeitar o orçamento impositivo. A origem da disputa é um veto presidencial à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso no ano passado, que torna obrigatório o pagamento de cerca de 30 bilhões de reais em emendas aos parlamentares, tornando-os responsáveis pela gestão de quase metade dos 80 bilhões do orçamento do governo para 2020. Isso pressionaria o governo a gastar mais que o previsto ou a negociar com os parlamentares com o que gastar, o que tornaria seu governo, já pouco assertivo, ainda mais refém do Congresso.

No último dia 18 de fevereiro, o general Augusto Heleno, ministro do GSI (Gabinete de Segurança

Institucional), afirmou que considerava inadmissível a pressão do Congresso por derrubar os vetos do presidente Jair Bolsonaro ao orçamento impositivo. Em fala capturada durante uma cerimônia no Palácio do Planalto, Heleno disse que “Não podemos aceitar esses caras chantageando a gente” e que o governo “não pode ficar acuado” diante das pressões do Congresso.

A fala do general Heleno gerou ainda mais tensão na já desgastada relação entre Executivo e Legislativo. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, rebateu dizendo ser “Uma pena que um ministro com tantos títulos tenha se transformado num radical ideológico”. Segundo Maia, Heleno não reclamou “quando o Congresso estava votando o aumento do salário dele como militar da reserva” e questionou se Heleno achava que o Parlamento havia sido chantageado para votar o projeto de lei das Forças Armadas.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, também retrucou a fala do general Heleno dizendo que “nenhum ataque à democracia será tolerado pelo Parlamento” e que o momento pede a “defesa da democracia, independência e harmonia dos poderes para trabalhar pelo país”. Alcolumbre falou em convocar o general Heleno para explicar suas declarações sobre o comportamento do Legislativo.

Em resposta, o general Augusto Heleno lamentou o vazamento de sua fala e disse que essa opinião era de sua inteira responsabilidade, e que não havia sido discutida anteriormente nem com Bolsonaro, nem com o Ministro Paulo Guedes. Ressaltou que, a seu ver, a rejeição aos vetos do presidente ao orçamento impositivo enfraquece o sistema presidencialista e que se o Congresso deseja um parlamentarismo, haveria que se mudar a Constituição.

A fala de Heleno incomodou a maior parte dos militares integrantes do governo e da cúpula do Exército. A avaliação é que o discurso de que o Congresso é um entrave ao avanço do governo acaba expondo os militares e impondo desgaste desnecessário.

Motivado pela disputa pelo orçamento impositivo, Bolsonaro foi além e travou uma guerra contra o Congresso durante o Carnaval, ao usar seu whatsapp pessoal para enviar mensagens e vídeos convocando seus apoiadores a saírem às ruas no próximo dia 15 de março, em defesa de seu governo e contra o



Congresso Nacional. O posicionamento e apoio de Bolsonaro às manifestações de teor antidemocrático do próximo dia 15 de março gerou nova onda de descontentamento de congressistas, partidos políticos e chefes dos outros Poderes.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, criticou severamente Bolsonaro, dizendo que, se confirmada, a publicação revela “face sombria de um presidente da República que desconhece o valor da ordem constitucional... e demonstra uma visão indigna de quem não está à altura do altíssimo cargo que exerce”. Mencionou crime de responsabilidade, cuja pena pode ser a perda de cargo, ao dizer que embora o presidente “possa muito, não pode tudo, pois lhe é vedado, sob pena de incidir em crime de responsabilidade, transgredir a supremacia político-jurídica da Constituição e das leis da República.”

Segundo o jurista Miguel Reale Júnior, um dos responsáveis pelo pedido de impeachment da ex-presidenta Dilma, a convocação de Bolsonaro a manifestações contra o Congresso fere o decoro presidencial e permite abertura de um processo de impeachment contra ele.

Perante as duras críticas, Bolsonaro respondeu atacando a jornalista Vera Magalhães, responsável pela publicação dos vídeos convocando a população a ir às ruas se manifestar contra o Congresso e o STF, acusando-a de veicular informações falsas e sem checagem para prejudicar seu governo, afirmando que as convocações eram para manifestações de março de 2015. A jornalista desmentiu o presidente, alegando que os vídeos traziam imagens da fachada que Bolsonaro recebeu durante a campanha presidencial de 2018.

Bolsonaro se esquece de que, ao assumir a cadeira presidencial, responsabilizou-se em zelar pela Constituição e as instituições que fazem parte do sistema democrático, atentando para a harmonia e independência dos três poderes para o bom funcionamento da República. Tendo sido parlamentar durante mais de trinta anos deveria respeitar o Congresso e evitar a instabilidade política.

Se esquece também, que em 2016, quando o deputado Eduardo Cunha, que comandou o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff e atual-

mente está preso por corrupção, era o presidente da Câmara, Bolsonaro defendia as emendas parlamentares e apoiava o orçamento impositivo.

Em meados do ano passado, o governo também apoiou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tornou obrigatório o pagamento das emendas de bancada – somando mais de 15 bilhões de reais, para evitar possível derrota. Até então, o pagamento das emendas não era obrigatório e frequentemente não saía dos cofres públicos.

Na segunda feira, 2 de março, Jair Bolsonaro recebeu o presidente do Senado, David Alcolumbre. Na reunião, Alcolumbre manifestou o descontentamento do Congresso com as falas do general Helelino e outros integrantes do governo contra o Congresso, bem como o apoio a manifestações contra a Câmara e o Senado.

A discussão sobre a votação do veto presidencial ao orçamento impositivo foi tratada na noite de 2 de março, em reunião com a participação dos ministros Paulo Guedes (Economia) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), além do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE) e o relator do orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CE). Na manhã do dia 3, Jair Bolsonaro publicou despacho no Diário Oficial da União (DOU), que suspende por tempo indeterminado os poderes do ministro Paulo Guedes de abrir créditos orçamentários e remanejar gastos entre as áreas do Orçamento de 2020.

O governo federal deveria encaminhar, na tarde de 3 de março, novo texto atendendo ao acordo para a votação dos vetos que dispõe sobre a Lei Orçamentária de 2020, reduzindo de 30 para 15 bilhões a verba para as emendas parlamentares do Orçamento, mas mantendo a obrigação do pagamento destas. O texto também deve retirar do relator do Orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CE), a prioridade de decisão do destino dessa verba, garantindo ao Executivo o controle da ordem de prioridade na transferência dos recursos.

A sessão para votação dos vetos presidenciais havia sido agendada para as 14h do dia 3 de março, mas o novo texto só chegou às 17h. Após reunião com lideranças do Senado e da Câmara, o presidente do Senado, David Alcolumbre, decidiu adiar a votação

do veto 52 de Jair Bolsonaro. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* “nem senadores nem deputados quiseram dar um “cheque em branco” ao presidente Jair Bolsonaro” e pediram um tempo maior para análise do texto, com receio de haver alguma uma “pegadinha” nas entrelinhas das propostas, sobretudo depois que Bolsonaro twitou que “Não houve qualquer negociação em cima dos 30 bilhões” das emendas parlamentares.

A sessão foi suspensa e até o fechamento deste texto ainda não havia resultado da votação. Para

derrubar o veto, são necessários 257 votos de deputados e 41 dos senadores. A probabilidade é que o Senado mantenha o veto de Bolsonaro. O grupo intitulado “Muda Senado” que reúne 22 senadores de vários partidos, além da bancada do PSDB, que reúne sete senadores, decidiu apoiar a manutenção dos vetos presidenciais. A maior resistência estava entre os deputados.

Mais uma vez faltou articulação política e sobrou autoritarismo no Planalto.

*O ano de 2020 ainda não começou para o Supremo Tribunal Federal (STF). Os critérios de composição da agenda do Supremo ainda são um enigma indecifrado. Não há um procedimento explícito que defina os temas a serem discutidos pela Suprema Corte brasileira. Numa conjuntura de instabilidade institucional, o STF parece não ser capaz de trazer as respostas necessárias para a retomada da democracia no Brasil.*



## A agenda política do Supremo Tribunal Federal

Entre o final de 2019 e o início de 2020, o ministro Dias Toffoli divulgou a pauta dos julgamentos para o primeiro semestre deste ano. Foram agendadas, por exemplo, algumas decisões de natureza tributária, a questão da tabela de frete dos caminhoneiros e a constitucionalidade do regime de trabalho intermitente, inaugurado pela reforma trabalhista.

Essas pautas não atendem a critérios cronológicos (existem assuntos mais antigos que não estão pautados e questões mais recentes que já estão em processo de julgamento), políticos ou de relevância social. Obviamente, qualquer decisão do Supremo guarda, em si, um grau relativo de importância social. O que não se sabe, no entanto, é o que exatamente define o que vai e o que não vai a julgamento.

Para além da sequência de pautas e do incompreensível processo de seleção dos temas a serem julgados, o Supremo ainda se encontra com temas “levados à mesa”. Em outras palavras, são questões que, para serem votadas, dependem única e exclusivamente da vontade dos relatores dos casos. É o caso da descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal, da modulação dos efeitos sobre a decisão de não execução provisória de pena após a condenação em segunda instância e da efetivação do juiz de garantias, figura criada pela famigerada lei anticrime.

No entanto, essas questões não demandam amplo preparo técnico ou ainda um esforço de trabalho fora do normal para um ministro do Supremo. São, sobretudo, políticas, e precisam ser analisadas à luz da conjuntura nacional. Os tempos da política são uma importante pista daquilo que efetivamente determina a agenda da suprema corte. A suposta existência de uma queda de braço entre Executivo e Legislativo parece afetar a dinâmica de agenda dos onze ministros. Assuntos são pautados ou não de acordo com as pressões dos parlamentares ou mesmo do governo. No entanto, levando em conta que o Congresso Nacional, em 2019, aderiu a mais de 70% dos projetos do governo, essa queda de braço parece ser muito mais uma tática circunstancial do que de fato um elemento de análise da conjuntura.

A existência de um suposto clima de confronto entre os poderes Executivo e Legislativo dá o verniz da institucionalidade necessário para ambos os poderes e, obviamente, o Judiciário se beneficia disso. Isso é algo que os ministros parecem entender muito bem.

O ministro Dias Toffoli, que durante anos trabalhou como assessor na Câmara dos Deputados, parece entender bem a lógica da agenda política nacional, e por isso trabalhou com um pontapé inicial tímido para 2020. Por outro lado, o que tanto o presiden-



te do Supremo quanto seus colegas não parecem entender é a instabilidade institucional generalizada que tomou conta do país, em grande medida por conta do atendimento imediato das pautas de interesse do mercado em detrimento das pautas de interesse de setores mais amplos da população.

Essencialmente, a partir da compreensão de que análises de conjuntura são, em grande medida, análises de agenda, é preciso que se diga que os mecanismos tradicionais de pressão não afetam tanto o Supremo como são capazes de afetar os outros poderes. Isso implica o silêncio contundente da Suprema Corte brasileira em temas tão importantes, e ao mesmo tempo tão polêmicos.

Em outras palavras, o STF determina sua agenda numa lógica que ora é alheia à política, e ora atende perfeitamente o *timing* dos atores institucionais brasileiros, ou de parte deles. Mas quais seriam então, os motivos que levam ou deixam de levar determinado assunto para julgamento? Não existe nenhuma resposta suficientemente completa para essa pergunta.

Essa simples constatação traz a óbvia demanda de que é chegada a hora de se discutir a transparência, os processos de tomada de decisão e sobretudo o respeito à democracia por parte do Poder Judiciário. É chegada a hora de se impedir ao máximo as manobras regimentais que afetam a dinâmica dos julgamentos e possuem um elevadíssimo poder de gerar prejuízo para as pessoas. As matérias de assunto penal que envolvem a liberdade das pessoas são, de longe, as mais graves.

Isso traz a óbvia constatação de que o Supremo atende a uma lógica de agenda, pra dizer o mínimo, nebulosa e anacrônica. Quais são os elementos de análise que podem ser trazidos à luz para que se

compreenda um processo de tomada de decisão tão importante e mal esclarecido como esse?

As forças populares e defensoras do Estado de direito não podem mais se dobrar a um processo com tão baixa performance democrática. Se é chegada a hora da esquerda, nas palavras do ex-presidente Lula, reconstruir o seu discurso, parte dele precisa se dedicar ao baixíssimo padrão de transparência do Poder Judiciário brasileiro. Foi esse padrão que permitiu que o Judiciário se calasse diante do golpe de 2016 e diante do esquema pernicioso criado pela operação Lava Jato.

Mas também é esse grau de comprometimento democrático que foi capaz de criar um sistema jurídico de encarceramento em massa da população preta, pobre e periférica, que sistematicamente é assassinada pelo Estado, diariamente, dentro e fora das prisões. Esse é, de longe, o maior defeito sistêmico do Poder Judiciário brasileiro. Esse sim é o lado podre do sistema, criado para perseguir e excluir. A novidade que veio com a Lava Jato e o golpe de 2016 é que essa funcionalidade, que há anos se estrutura à luz do dia nas delegacias, no Ministério Público e nos tribunais, foi reprogramada para agir contra a esquerda e os movimentos sociais.

Assim, uma análise de conjuntura para 2020 não pode deixar de lado esse elemento tão crucial ao avanço da sociedade brasileira, que se depara com uma degradação institucional em velocidade alarmante, diariamente motivada pelo presidente da República e os asseclas que governam o país, referendados por uma parcela preconceituosa da população brasileira. O papel do Judiciário nessa história foi e será detalhado nesta sessão ao longo do ano. Resta agora entender qual será o papel da esquerda e da luta social nesse embate.

# SEGURANÇA PÚBLICA

*O motim no Ceará e a morte do miliciano Adriano da Nóbrega na Bahia indicam uma movimentação perigosa de grupos paramilitares que estão chantageando governos e organizando o bolsonarismo nos estados.*



## Paramilitares ameaçam governos e organizam bolsonarismo

O mês de fevereiro foi marcado por dois eventos que levam a refletir sobre a relação das polícias com seus respectivos governos estaduais e o bolsonarismo: o assassinato do miliciano, o ex-capitão da polícia fluminense Adriano da Nóbrega na Bahia, e o motim da polícia no Ceará, que paralisou as forças de segurança por treze dias no estado. A partir deles, alguns questionamentos surgem: podem ter alguma relação entre si? Qual o grau de autonomia das polícias com relação a seus governos? Qual o papel do bolsonarismo nisso? Qual é o grau de governabilidade que os poderes estaduais têm, de fato, sobre as polícias? Qual o papel do bolsonarismo nisso? Como as forças se retroalimentam?

Este breve texto não pretende responder a estas questões levantadas, mas busca trazer ao debate alguns elementos que podem ser importantes para uma reflexão de mais fôlego sobre o atual estágio da segurança pública no país.

### O que aconteceu na Bahia?

No dia 9 de fevereiro, o ex-capitão do Bope (grupo de elite da PM do RJ) e miliciano Adriano Nóbrega foi morto em Esplanada, cidade situada a 170 quilômetros de Salvador (BA).

A operação contou com a participação de dezenas de policiais cariocas e baianos. A suspeita – a partir

de análises prévias de balística – é que Adriano tenha sido executado. Queima de arquivo. Adriano era um dos líderes do Escritório do Crime, grupo miliciano de Rio das Pedras. Sua esposa e sua mãe foram assessoras de Flávio Bolsonaro. Suspeito de ter envolvimento com Queiroz e seu esquema de ‘rachadinha’. Foi homenageado por Flávio Bolsonaro duas vezes na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pelos serviços prestados, sendo que da última vez já estava preso. Expulso da PM há seis anos por envolvimento com jogo do bicho. Este é Adriano.

Afinal, independentemente das circunstâncias da operação (que devem ser investigadas), o que o caso pode revelar de mais permanente sobre a situação?

Elencam-se dois pontos. Primeiro, as polícias militares possuem, em seus respectivos estados, muita autonomia em relação aos comandos de seus governos. Segundo, a forte presença de policiais baianos na operação que culminou na morte do Adriano e a surpresa do governador Rui Costa quando soube da operação podem indicar, além desta ingerência comum a todos os estados, um possível processo de exportação das milícias cariocas para outras unidades da federação.

Antes de tudo, importante entender que a cultura da corrupção na polícia permeia a história da instituição e se faz valer também pela formação precária, baixos salários e péssimas condições de trabalho às

quais a categoria é submetida. Porém, além de corruptas, as milícias se definem pela maneira como se organizam para tomar os espaços do Estado.

Foi no início dos anos 2000 que grupos de policiais e ex-policiais começaram a chamar a atenção da opinião pública. A origem das milícias, no entanto, é mais antiga, datando do final da década de 1970, quando na Favela de Rio das Pedras - zona oeste do Rio - comerciantes da associação de bairro começaram a pagar policiais para garantir que o tráfico não dominasse o território recém-ocupado. O grupo se fortaleceu e passou a oferecer e a cobrar, além de "segurança", outros serviços como gás e transporte.

Os pagamentos passaram a ser obrigatórios, sob pena de castigos violentos em caso de descumprimento. Com o tempo, assim como as facções do tráfico, os milicianos começaram a impor toques de recolher, regras rígidas às comunidades e também a traficar. Passaram a se organizar para financiar campanhas, alocar seus agentes em assessorias parlamentares, organizar rachadinhas etc. Assim, mais do que a marca da corrupção - que é inerente às práticas milicianas - as milícias apresentam um método de atuação e organização. E é esse modelo que pode estar sendo exportado para outros estados.

### O que aconteceu no Ceará?

O governo do Ceará negociava desde o final de 2019 uma proposta de reestruturação salarial para policiais no estado. Em 14 de fevereiro chegaram, a partir de negociações com parlamentares e representantes da categoria, a uma proposta final: de 3,4 mil reais para 4,5 mil reais para soldados e até 20 mil reais para coronéis - além de gratificações. O ajuste seria aplicado em parcelas até 2022.

Foi quando parcela da categoria iniciou um processo de paralisação. Em Sobral, homens encapuzados com o corpo para fora das janelas de viaturas da PM saíram pelo centro da cidade aterrorizando a população e ordenando que comerciantes fechassem as portas.

O governador Camilo Santana (PT) respondeu institucionalmente, policiais foram presos e 261 investigados por participarem do motim - que foi e é

proibido pela Justiça. O senador licenciado Cid Gomes (PDT) foi até a cidade e tentou dar fim à paralisação com uma retroescavadeira. Foi atingido por dois tiros, mas passa bem.

O governo do estado solicitou ao governo federal ajuda e foi enviada a Força Nacional de Segurança Pública e decretada pelo presidente a Garantia da Lei e Ordem (GLO). Cerca de 2,8 mil homens do Exército e da Força Nacional circularam pela capital cearense e por cidades do interior reforçando a segurança nas ruas.

### O que estaria por trás do conflito?

1) Sobre a proposta de reestruturação: segundo registro no site de concursos públicos de agentes de segurança, a média de salário inicial de soldado no Brasil é menos de 4 mil reais (tirada a partir dos últimos concursos de cada estado). Em SP, por exemplo, salário inicial é de 3.034 reais. Alguns estados, por exemplo, em seus últimos concursos abertos (datados, em sua maioria, de 2017) apresentaram salários iniciais que não passavam de 3 mil (como Bahia, Espírito Santo, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte) e outros pagam mais de 5 mil (como Distrito Federal e Minas Gerais).

2) Existem três associações militares que se dizem representantes da categoria contra as quais o Ministério Público do Ceará fez um pedido de tutela de urgência. A Assembleia Legislativa do Ceará cria uma CPI para investigá-las. São elas: Associação dos Profissionais de Segurança Pública, Asprace e Assof. Uma rápida busca no google nos nomes de suas diretorias nos evidencia o posicionamento político alinhado ao bolsonarismo.

3) Além disso, quatro políticos - três dos quais ex-policiais -, são opositores do PT e PDT no estado e se constituem lideranças importantes dos militares, estimuladores da greve e tumultuaram as tentativas de negociação do governo do estado com a categoria. Disputam fortemente entre si o protagonismo do antipetismo no estado:

- Capitão Wagner (deputado federal pelo Pros): entre 2011 e 2012 liderou um motim de seis dias da Polícia Militar, marcada por arrastões, assaltos e depredação do patrimônio público. A partir disso



teve carreira política meteórica até que, em 2018, foi o mais votado no estado na eleição, com mais de 303 mil votos. É pré-candidato à prefeitura de Fortaleza. Fez campanha para Bolsonaro, mas se distanciou do presidente no último período, já que ele não teria fechado acordo de apoiá-lo em 2020.

- Soldado Noelio (deputado estadual pelo Pros): expulso da PM em 2013 por discutir medidas não cumpridas pelo estado após a paralisação da PM de 2012. Em 2015 foi reintegrado. Principal aliado do Capitão Wagner.

- Capitão Sabino (ex-deputado federal): em 2018 disputou reeleição pelo Avante, mas não se elegeu. Aliado de Capitão Wagner até 2018, quando romperam, já que ambos queriam sair candidatos a deputado federal.

- André Fernandes (deputado estadual pelo PSL): youtuber, com apenas 21 anos foi o deputado estadual mais votado do Ceará com 109.142 votos. Filho de pastor da Assembleia de Deus, diz que sairia do PSL para acompanhar Bolsonaro no Aliança Brasil. Entre os três, é o mais próximo do presidente. Estava com ele, em Brasília, almoçando, em 19 de fevereiro, quando o motim policial estourou. Deve ser o candidato do presidente em Fortaleza na eleição de 2020.

O movimento político e criminoso das associações militares com suas lideranças parlamentares bolsonaristas parece ter dupla motivação: uma de caráter mais nacional, que envolve a organização paramilitar no estado (aos moldes do que ocorre na Bahia); e outra de ordem mais eleitoral local, numa tentativa de desestruturar os governos municipais e estadual de aliança PT e PDT.

Após treze dias de paralisação, policiais militares decidiram encerrar o motim que resultou em um aumento da criminalidade no estado. De 19 a 27 de fevereiro, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, houve 241 assassinatos no Ceará - uma média de 26,7 por dia; de 1 a 18 de fevereiro houve 164 homicídios, média pouco acima de 9, número semelhante ao de janeiro de 2020.

Representantes do governo e dos amotinados chegaram a um acordo que não prevê anistia. Os processos disciplinares sobre os PMs que participaram

do movimento serão acompanhados por uma comissão externa formada por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública e do Ministério Público para que seja observado o devido processo legal em cada caso. Foram, ao todo, 230 policiais militares suspensos por suspeita de participação no motim (eles têm que entregar armas e distintivos além de ficar de fora da folha salarial pelo período de 120 dias). O acordo com o governo garantiu a manutenção da proposta salarial inicial, com rediscussão sobre as parcelas do aumento.

### O que os dois eventos têm em comum?

Especialistas na área de segurança pública alertam para a ameaça deste tipo de chantagem criminosa por parte dos policiais se espalhar por outros estados. Greve de militares é ilegal. O que se viu no Ceará foi parcela do contingente encapuzado, aterrorizando a população, usurpando, de forma abusiva, de armas e viaturas que são públicas, de propriedade do Estado e deveriam ser usadas para garantir a segurança da população, não o contrário.

### Pressupostos importantes para entender a situação:

1) As polícias vivem um limbo normativo institucional legal. O trabalho da polícia não é regulamentado: não tem controle individual de munição; não tem protocolo de comportamento em revistas e ações de rua; não tem cadeia de comando e controle. Não existem parâmetros normativos legais para garantir uma ação tática eficaz. Não há controle e fiscalização. Neste limbo, praças tendem a ficar mais vulneráveis aos mandos e desmandos dos oficiais, o que potencializa a tensão permanente entre os grupos. O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM) ao qual são submetidos é humilhante. Praças podem ser presos a qualquer momento se oficiais superiores se sentirem desrespeitados. Assim, praças com baixo nível de institucionalidade acabam sendo massa de manobra fácil para uma política autoritária e de extrema direita.

2) Organizados autoritariamente em batalhões, os praças tendem a obedecer seus oficiais. E só. Governadores e titulares das Secretarias de Segurança Pública dos estados têm pouco ou quase nenhuma

governabilidade sobre a ação dos policiais nos territórios. Um nó que data mesmo anteriormente ao período da ditadura civil-militar que não foi solucionado com a Constituição de 1988.

3) A democratização do país foi, assim, acompanhada de um processo de autonomização das polícias com relação ao poder democrático eleito (tanto estadual, quanto federal). Polícia age quase como partido político, com poder autônomo, emancipada de seus governos. O bolsonarismo se beneficia desta característica para organizar sua base político-eleitoral.

Motim policial não é um fato inédito. O ano de 1997, por exemplo, foi marcado pela Revolta dos Praças, que começou em Minas Gerais e se espalhou pelo Brasil. Em 2012 no Ceará. Em 2017 no Espírito Santo, onde esposas e familiares dos policiais tomaram a frente das manifestações. Ano passado, na Bahia, houve um processo parecido.

De acordo com a Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares (Anermb), ao menos outros dois estados têm situação crítica na relação entre os policiais e o Executivo: a Paraíba (que teve uma paralisação de 12h decretada ilegal pela Justiça) e o Espírito Santo. A situação é delicada também na Bahia, Mato Grosso do Sul e Alagoas. Interessante perceber que são justamente, os estados governados pela oposição que sofrem de ameaças: Ceará e Bahia (onde policiais invadiram a Assembleia Legislativa armados no momento da votação da Reforma da Previdência), que são governados pelo PT; Paraíba, Espírito Santo e Pernambuco pelo PSB; Alagoas pelo MDB; Mato Grosso do Sul pelo PSDB. Já Minas Gerais, que é governada pelo NOVO, acabou de ceder à pressão dos policiais e concedeu um aumento salarial de 42%, apesar da difícil situação fiscal do estado. Esta situação reforça a hipótese de uma

organização nacionalizada das policiais e ligada ao bolsonarismo.

A organização de grupos paramilitares em nível nacional junto com a nacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) - propulsionada pelo governo paulista nos anos 2000, à medida que transferia líderes da facção para cadeias de outros estados -, altera a relação das polícias com o crime organizado e, conseqüentemente, altera a própria dinâmica da segurança pública do país.

O governo federal parece ser mais condescendente com estes movimentos do que disposto a inibi-los. O ministro da Justiça, Sergio Moro, disse que os amotinados do Ceará não poderiam ser considerados criminosos. O diretor da Força Nacional, Aginaldo de Oliveira, que é coronel da PM, os chamou de “gigantes” e “corajosos”.

A situação é grave e exige atenção. O país não pode ficar refém de forças autoritárias e de extrema-direita armadas dispostas a chantagear os governos e a população. Mas saques, arrastões e pânico são apenas a ponta de um iceberg cuja parte submersa tem potencial organizativo e vem ocupando espaços do Estado (por meio de práticas igualmente ilegais como rachadinhas, financiamento ilegal de campanha, como apontam as investigações sobre as milícias cariocas que envolvem Adriano da Nóbrega, Queiróz e a própria família Bolsonaro).

Medidas normativas como a de lei que garanta a quarentena para policial que queira entrar na política pode ser um passo importante para tentar frear esse movimento que mistura polícia e política, já que hoje PMs e policiais civis podem, por exemplo, ter filiação partidária e concorrer às eleições sem deixar a carreira - ao contrário do que ocorre com juízes, procuradores e militares das Forças Armadas. Além disso, não se pode deixar de pensar em reformas mais estruturais das polícias.

*Esta seção trata dos dados do mercado de trabalho; dos desmontes na proteção social no Brasil, que exclui ainda mais milhões de brasileiros de seu direito à dignidade e da intensificação dos ataques à liberdade acadêmica e à educação.*

## Expansão da inatividade e dos trabalhadores por conta própria

No mercado de trabalho, destaca-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), que mostra que a desocupação tem caído no país. Porém, isso se deve à inatividade, ou seja, muitos brasileiros e brasileiras se retiraram do mercado de trabalho e deixaram de procurar emprego. Nos próximos meses, caso esta população volte a procurar emprego, a taxa de desocupação deve ser pressionada para cima.

Segundo a pesquisa, no trimestre de novembro de 2019 a janeiro de 2020 a desocupação caiu para 11,2%, como mostra o gráfico, 0,4 ponto percentual a menos que no mesmo período do ano anterior, com estabilidade do rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas (2.361 reais).

A população desocupada caiu para 11,9 milhões de pessoas, e a ocupada alcançou 94,2 milhões.

Houve queda na taxa composta de subutilização da força de trabalho (23,2%), que variou -1,0 p.p. em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (24,2%). A população subutilizada (26,4 milhões de pessoas) também caiu (-3,4% frente ao mesmo trimestre do ano passado). A população desalentada alcançou 4,7 milhões.

O destaque deste trimestre, como dito anteriormente, é de que a população fora da força de trabalho (65,7 milhões de pessoas) cresceu 1,3% em relação ao trimestre móvel anterior (mais 873 mil pessoas), enquanto apresentou estabilidade em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

A taxa de informalidade atingiu 40,7% da população ocupada, representando 38,3 milhões de trabalhadores informais. O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos) chegou a 33,7 milhões e cresceu 2,6% (mais 845 mil pessoas) contra o mesmo trimestre do ano anterior. Já a categoria dos empregados sem carteira assinada no setor privado (11,7 milhões de pessoas) cresceu 3,7% ou mais 419 mil pessoas comparada ao mesmo trimestre de 2019. Por fim, o número de trabalhadores por conta própria chegou a 24,6 milhões de pessoas, com alta de 3,1% (mais 745 mil pessoas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior).

### Desmonte no INSS, PBF e BPC

Em momento de crise social e aumento da pobreza, o governo tem reduzido a proteção social, com impacto forte para os mais pobres e mais vulneráveis do país. Entre os mais desamparados, estão possíveis beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), os do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os que solicitam aposentadoria e pensões no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). E o pior: o governo realiza tais cortes de forma velada, sem deixar explícitas suas ações e motivações que privam de dignidade a milhões de brasileiros.

O Programa Bolsa Família (PBF), tido como exemplo de política de transferência de renda por organizações internacionais e outros países, está em



risco. Se até junho de 2019 eram concedidos cerca de 260 mil benefícios por mês, desde então o ritmo de concessão de benefícios caiu para cinco mil. Isso enquanto a cobertura do programa cai e a pobreza e a fila de entrada aumentam no país: a fila de brasileiros que esperam pelo Bolsa Família já chega a 3,5 milhões de pessoas, o que representa 1,5 milhão de famílias de baixa renda.

Especula-se que a queda brusca no número de famílias aceitas ao Bolsa Família a partir de meados do ano passado poderia dever-se à necessidade de "economizar" recursos para cumprir a promessa de campanha de Jair Bolsonaro de pagar um "13º" aos beneficiários. No entanto, o governo tem lutado para que a oposição não consiga transformar o "13º" em pagamento obrigatório todos os anos e muito menos que este "13º" inclua beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a idosos carentes e deficientes. Além disso, os valores do benefício seguem sem reajuste. Por outro lado, em ano eleitoral, tudo isso pode ser fruto de cálculo: esperar para "zerar a fila" mais próximo de outubro pode ter motivações eleitoreiras.

Quanto ao BPC, a mídia tem divulgado que a fila de novos pedidos para receber o benefício tem 420.271 pessoas com deficiência aguardando confirmação há pelo menos um mês e meio, que é o prazo máximo de espera determinado no artigo 37 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). No INSS, em dezembro de 2019 havia 1,3 milhão de pedidos de benefícios em atraso (sendo analisados há mais de 45 dias pelo INSS).

Mas o fato é que com a consolidação da austeridade e as reformas realizadas desde Temer no Brasil os mais pobres estão cada vez mais desassistidos e o governo brasileiro tem cada vez menos instrumentos (e interesses) para lidar com as desigualdades no Brasil. E tudo isso em meio a uma demonização dos servidores públicos, aqueles que estão em contato com a população todos os dias, buscando resolver de alguma forma as suas demandas.

#### **Ataques à liberdade acadêmica e à educação**

O governo Bolsonaro odeia a educação, em especial a educação superior. Após o corte de bolsas de pós-graduação em especial no Nordeste - a região teve 12% de suas bolsas da Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) cortadas, contra média de 8% em todo o país -, corte de recursos e ataques a instituições (como quando o Ministro da Educação insistiu que há "plantações de maconha" nas universidades federais), o governo determinou no início deste ano, pelo Ministério da Educação, que universidades e institutos federais não paguem a servidores ativos e inativos horas extras, adicional noturno e até aumento de salário por progressão na carreira.

A medida, disfarçada de controle das contas públicas, é mais um ataque às instituições federais. O patrulhamento ideológico propiciado pelo Movimento Escola sem Partido e apoiado pelo governo, somado ao corte inconstitucional de direitos dos profissionais da educação, contribuem para que muitos profissionais qualificados para o exercício da docência universitária escolham sair do país ou optem por outras carreiras. Também as medidas de estrangulamento colaboram para o assédio moral que sofrem os professores e funcionários das universidades, chamados por Paulo Guedes de "parasitas" simplesmente por fazerem seu trabalho.

Vale lembrar também que ao longo de 2019 Bolsonaro colocou a figura de "interventores" em diversas instituições federais de educação superior: Unirio e as universidades federais do Triângulo Mineiro, da Grande Dourados, do Recôncavo da Bahia e do Vale do Jequitinhonha, entre outras, não tiveram suas eleições internas respeitadas, como reflexo da interferência do governo na autonomia universitária. No apagar das luzes de 2019 Bolsonaro lançou uma medida provisória em que altera a forma de escolha dos dirigentes das universidades e institutos federais, além do Colégio Pedro II, medida avaliada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão como violação da gestão democrática na educação. Além disso, em 2019, reitores de universidades federais e institutos federais perderam prerrogativa de nomear pró-reitores, de acordo com o decreto 9.794/2019 e a portaria 1.373/2019.

Por um lado, as medidas estrangulam o provimento da educação superior pública e de qualidade no Brasil, abrindo espaço para mais críticas de que o que é público "não presta". Por outro, Bolsonaro vai buscando minar espaços de formação de conhecimento e de pensamento crítico no país.

*Os indicadores de perda de potência da economia brasileira nos últimos dois meses de 2019 fizeram reverter as expectativas mais otimistas sobre o possível crescimento do PIB em 2020. Entretanto, com o cenário externo menos favorável e o fracasso das políticas ultraliberais conduzidas pelo ministro Paulo Guedes, cresce o número de analistas que projetam mais um ano de crescimento pífiio, o que significa dizer que o presidente Jair Bolsonaro poderá chegar às eleições municipais de outubro com péssimos resultados a apresentar. Diante dessas circunstâncias, não é de se estranhar o acirramento das tensões dentro da cúpula do governo, nem a crescente insatisfação com a política econômica de Paulo Guedes.*



## Mais um ano de crescimento pífiio

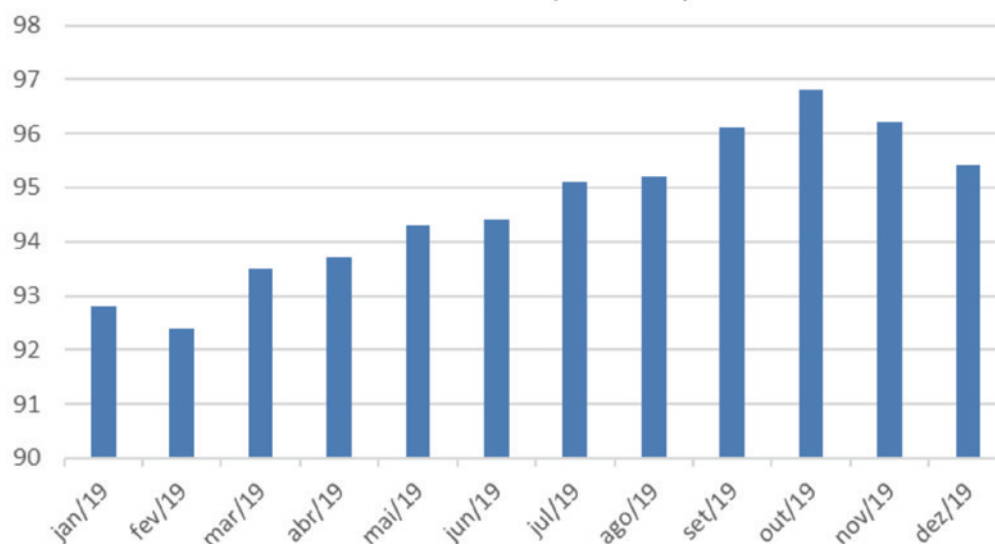
### Nível de atividade

Desde o golpe de 2016, em todos os finais de ano os representantes do mercado financeiro - na imprensa e na política - se dedicam a vender entusiasmo para o ano seguinte, sempre apoiados no argumento de que, se concluído o ciclo de reformas, a economia brasileira dará início a uma recuperação mais vigorosa. Ao final de 2019 não foi diferente, aqueles mesmos que erraram nos três anos anteriores voltaram a trombetear que teríamos em 2020 um crescimento que poderia chegar aos 3%.

Contudo, na medida em que nas últimas semanas foram sendo divulgados os indicadores setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os meses de novembro e dezembro, o ufanismo neoliberal baixou o tom, dando início à

temporada de revisão para baixo das projeções de crescimento do PIB - exatamente como fizeram nos três inícios de ano anteriores, porém, ainda sem qualquer autocrítica.

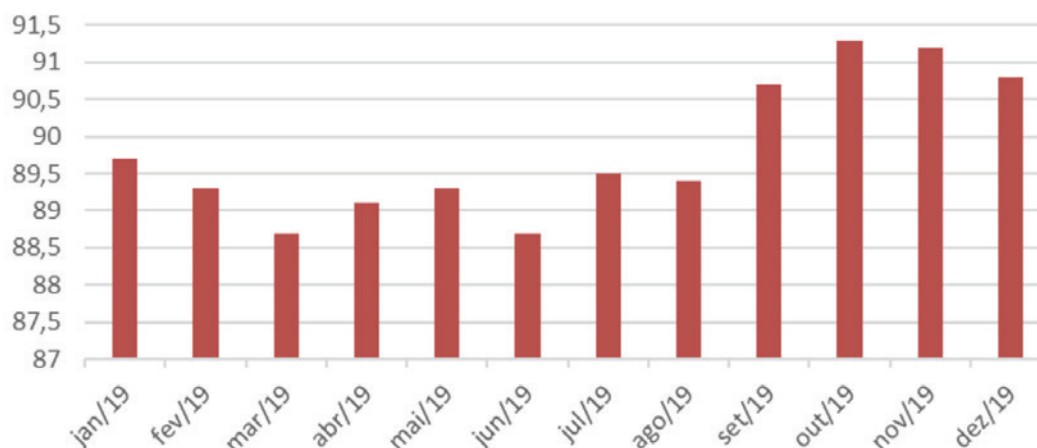
Os dados de 2019 divulgados pelas pesquisas mensais do IBGE revelam que a economia brasileira perdeu dinamismo no último trimestre do ano. O varejo ampliado (inclui o comércio de veículos e de materiais de construção), que tem sustentado a economia nos últimos três anos e que vinha apresentando uma trajetória regular de crescimento desde o início de 2019 (Gráfico 1), registrou forte inflexão a partir de outubro, surpreendendo a enorme maioria dos analistas que projetavam impactos positivos da injeção de recursos extraordinários no bolso da população de menor renda (FGTS, PIS/Pasep/13º do Bolsa Família).

**Gráfico 1 - Evolução do varejo ampliado - Índice mensal (2014=100)**

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração FPA.

Em movimento similar, também o volume de atividades do setor de serviços (Gráfico 2) perdeu potência nos dois últimos meses do ano. Embora viesse de uma trajetória menos positiva, os serviços pareciam acelerar a partir de agosto, mas estranhamente não conseguiram sustentar o ritmo de crescimento, justamente no período posterior à injeção daqueles recursos extraordinários. Como se trata do setor que responde por praticamente dois ter-

ços dos postos de trabalho do país, em boa medida essa anemia que se percebe na dinâmica das atividades dos serviços se reflete no mau momento do mercado de trabalho brasileiro, que a despeito de alguma melhora na margem, segue com uma taxa de desocupação muitíssimo elevada (11,2%) e uma subutilização da força de trabalho de 23,2% (Pnad Contínua/fevereiro de 2020).

**Gráfico 2 - Evolução das atividades de serviços - Índice mensal (2014=100)**

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal dos Serviços. Elaboração FPA

Por seu turno, a produção industrial brasileira se manteve em tendência contracionista, principalmente por conta da queda observada na indústria extrativa (fortemente relacionada ao rompimento

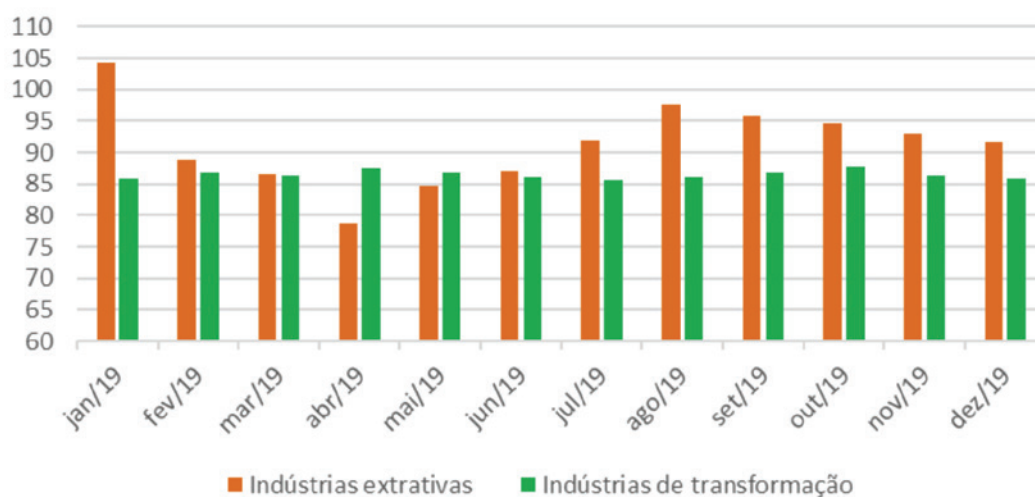
da barragem de Brumadinho-MG), mas também em decorrência da persistente estagnação da produção manufatureira em geral (ver Gráfico 3).



E esse é, certamente, o fato mais grave revelado pelos indicadores setoriais do IBGE. O setor industrial brasileiro, especialmente o manufatureiro, segue deprimido, quinze pontos percentuais abaixo do que havia sido registrado em 2012. Esse quadro revela que a lenta recuperação da economia brasileira observada nos últimos três anos não apenas é pouco intensa como é frágil e de baixa qualidade.

Isto é, está assentada nos setores menos estratégicos da produção nacional (comércio, serviços, agricultura e indústria extrativa), os quais têm menor intensidade tecnológica, geram menor valor adicionado, mobilizam ocupações de menores remunerações e cujo efeito multiplicador é mais curto, portanto, insuficiente para induzir a um crescimento mais prolongado da economia.

**Gráfico 3 - Evolução produção industrial - Índice mensal (2012=100)**



Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal. Elaboração FPA

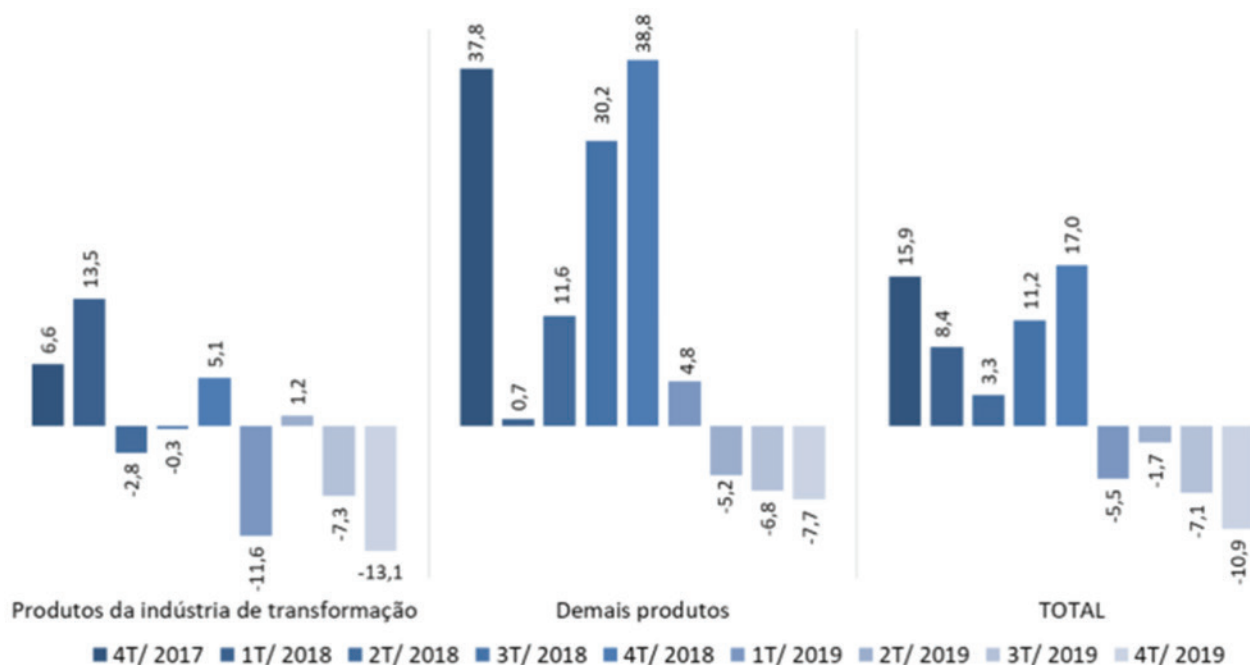
### Comércio Exterior

Conforme já vínhamos assinalando nos boletins anteriores, o comércio exterior brasileiro vem se deteriorando desde 2017, com o saldo comercial contraindo-se cerca de 19 bilhões de dólares nos dois últimos anos (caindo de 67 bilhões de dólares em 2017 para 48 bilhões em 2019), seja em decorrência da perda de dinamismo de nossas exportações, seja por conta da expansão das importações.

Contudo, para além do resultado agregado do saldo comercial, outros aspectos menos evidentes de nosso comércio exterior são ainda mais preocupantes. Em primeiro lugar, como tem alertado frequentemente o Instituto de Estudos para o De-

envolvimento Industrial (Iedi), as exportações brasileiras de produtos manufaturados têm se contraído de forma mais intensa do que a que se observa nos demais produtos de nossa pauta exportadora (veja Gráfico 4). Ou seja, em certa medida, aquela fragilidade de nossa produção industrial indicada na seção anterior resulta da maior dificuldade que temos enfrentado para exportar bens manufaturados. Como se pode notar no Gráfico 4, desde o segundo trimestre de 2018 as exportações brasileiras de manufaturas vêm registrando retração no comparativo com o mesmo trimestre do ano anterior (exceto no quarto trimestre de 2018), em trajetória que aponta tendência cadente preocupante.

**Gráfico 4: Evolução das exportações brasileiras no período recente**  
(Variação % em relação ao mesmo trimestre do ano anterior)

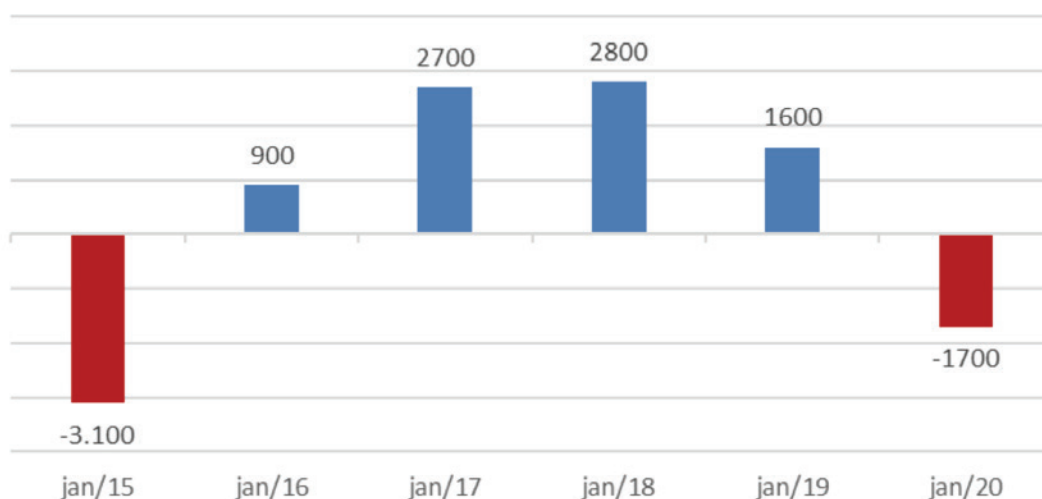


Fonte: Secex. Elaboração IEDI

Com a passagem de 2019 para 2020, contudo, a despeito da desvalorização do dólar vir se intensificando desde meados do ano passado, o saldo comercial brasileiro deteriorou-se ainda mais, como

revelam os números do Gráfico 5, onde se compara o desempenho exportador brasileiro no mês de janeiro dos últimos anos.

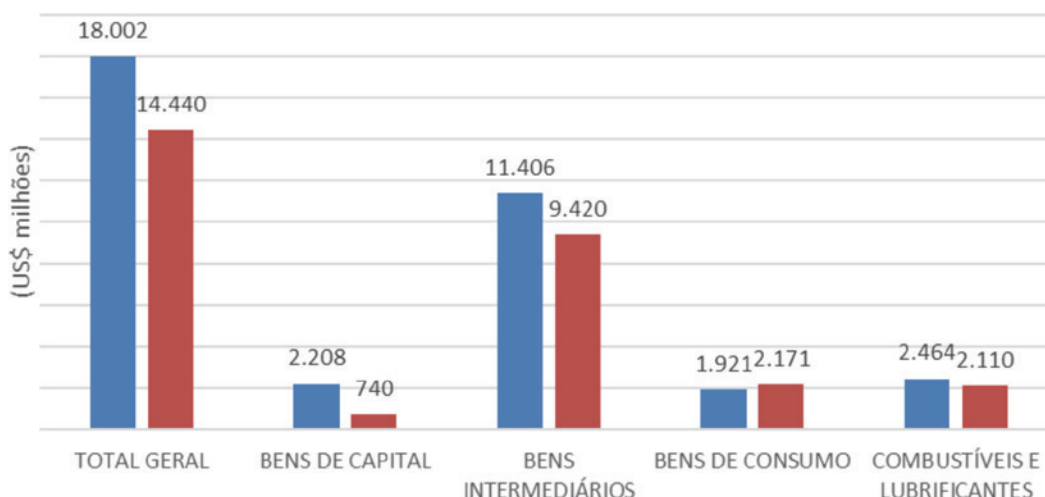
**Gráfico 5 - Balança Comercial (Janeiro - em US\$ milhões)**



Fonte: Secex/ Ministério da Economia. Elaboração FPA

Tal como fica evidente no Gráfico 5, depois de quatro anos de superávits comerciais positivos no primeiro mês dos respectivos anos, em 2020 foi registrado um déficit acentuado em janeiro, o qual alcançou 1,7 bi-

lhão de dólares, notadamente provocado pela queda do valor total das exportações brasileiras de bens de capital e de bens intermediários (veja Gráfico 6).

**Gráfico 6 - Exportação no mês de janeiro (2019 x 2020)**

Fonte: Secex/ Ministério da Economia. Elaboração FPA

Para além desse período, considerando-se já os resultados parciais do comércio exterior até a terceira semana de fevereiro, aquela queda de janeiro foi em parte compensada por um saldo positivo de aproximadamente 1,1 bilhão de dólares. Entretanto, apesar da melhora em relação ao péssimo desempenho de janeiro, o saldo médio diário das operações de comércio exterior em fevereiro de 2020 ainda é 52,7% inferior ao saldo médio diário de fevereiro do ano passado, um indicativo tão preocupante quanto o déficit comercial de janeiro.

É sobre esse contexto já por si só bastante negativo que se deve adicionar os problemas decorrentes dos impactos econômicos da epidemia de corona vírus. A desaceleração do comércio mundial que já era esperada para 2020 pode vir a se transformar em recessão e com isso deprimir ainda mais um dos poucos componentes da demanda agregada brasileira que ainda produziam efeitos positivos sobre o crescimento do PIB. Por isso, não só a balança comercial deve fechar 2020 com um saldo significativamente menor, como o nível de atividade dos diferentes setores da economia brasileira devem ser negativamente afetados, em prejuízo da produção nacional.

### **Inflação e política monetária**

Após o choque de oferta registrado no setor de proteína animal que provocou um repique inflacionário nos últimos meses de 2019, neste início de 2020 a

inflação brasileira voltou a cair e, de acordo com a mais recente apuração do IBGE, o IPCA-15 registrou uma inflação mensal de apenas 0,22% em fevereiro, o menor patamar desse indicador desde 1994.

Com isso, a mediana das estimativas dos analistas de mercado captadas pelo Relatório Focus do Banco Central indica que a inflação anual em 2020 deve ficar próxima de 3,2%, a qual seria acompanhada por uma taxa de juros básica de 4,25%. Contudo, por conta do referido agravamento do cenário externo e seus possíveis impactos deprimidores sobre a atividade econômica doméstica, já se começa a falar que o Banco Central poderá voltar a reduzir a meta da taxa Selic nos próximos meses.

Deve-se assinalar, por outro lado, que embora a inflação brasileira venha se mantendo em patamar bastante baixo para os padrões históricos do país, em boa medida esse quadro está associado ao pulso fraco da economia, que segue abaixo dos níveis de 2014. Com elevada capacidade ociosa no setor industrial, doze milhões de brasileiros desempregados e outros 26 milhões subocupados, não se deve estranhar que os níveis de preços permaneçam comportados, mesmo frente a choques de oferta ou de aumento dos custos dos bens e serviços importados provocados pela desvalorização do real.

### **Contas Públicas e Política Fiscal**

Embora o ministro Paulo Guedes e o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, tenham come-



morado com frequência exagerada os resultados das contas públicas federais de 2019, o último relatório do insuspeito Instituto Fiscal Independente do Senado Federal (IFI, fevereiro de 2020) revela que, desde a aprovação do teto de gastos em 2016, a melhora fiscal tem se dado fundamentalmente por conta de receitas extraordinárias ou por redução das despesas discricionárias. Ou seja, não há efetivamente nenhuma mudança estrutural no aparato fiscal e, além disso, em última instância o relativo alívio resulta, por um lado, de novas rodadas de Refis e da liquidação espúria do patrimônio público - notadamente das reservas do pré-sal - e, por outro lado, do corte de investimentos que deprimem não só a oferta de bens e serviços públicos, como retiram potência da demanda agregada, dificultando a recuperação econômica.

A despeito desse renitente equívoco da política fiscal praticada nos últimos anos, tudo indica que o governo

Bolsonaro deverá seguir batendo na mesma tecla, agora dedicando-se especialmente a aprovação da chamada PEC Emergencial, a qual autorizaria os três níveis de governo a realizarem cortes de salários do funcionalismo público em até 25%, desde que acompanhados de proporcional redução das jornadas de trabalho.

Pelo conjunto da obra, o que fica cada vez mais evidente é que a economia brasileira vem perdendo capacidade de tracionar o investimento autônomo e, conseqüentemente o crescimento sustentável, mesmo com a queda importante das taxas de juros ou com as esporádicas medidas de estímulo à demanda agregada. O ultraliberalismo que fomentou o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff impôs um conjunto de transformações estruturais ao país, que instituiu um metabolismo disfuncional da economia brasileira, desarticulando o setor estatal e com isso estreitando as possibilidades de expansão do setor privado.

*O meio ambiente, a questão agrária e os povos indígenas estão ameaçados por um conjunto de medidas realizadas pelo governo Bolsonaro. Nesta seção entenda como a composição do Conselho da Amazônia, a MP da grilagem, as discussões nos fóruns internacionais, os projetos de lei do licenciamento ambiental e também da exploração de reservas indígenas podem afetar a realidade brasileira.*

## Conselho Nacional da Amazônia

Ao tentar dar uma resposta para o aumento do desmatamento na Amazônia e para o desgaste internacional pela desestruturação da política ambiental nacional, Bolsonaro dá mais um tiro no pé ao recriar o Conselho Nacional da Amazônia, que já existia desde 1995, apenas com representantes do governo federal. Assinado em 13 de fevereiro deste ano, o decreto recria o Conselho sem incluir a sociedade civil e os governadores da região em sua composição.

Segundo o decreto, o Conselho da Amazônia deverá organizar ações entre ministérios para a proteção, defesa e desenvolvimento sustentável da região da floresta. Ele será composto por representações de catorze ministérios e coordenado pelo vice-presidente Hamilton Mourão. Além da sociedade civil, o governo deixou de fora os governadores das unidades federativas do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.

A ausência de outros entes da federação e da sociedade indica centralização das decisões sobre o tema de forma autoritária pelo governo. Dessa vez, Bolsonaro não poderá usar como desculpa a soberania nacional por não querer dialogar sobre a questão ambiental.

### Exploração de recursos naturais em reservas indígenas

Em fevereiro deste ano, Jair Bolsonaro assinou um projeto de lei para regulamentar a mineração, a geração de energia elétrica, a produção de petróleo e gás em terras indígenas. O PL nº 191/2020 ainda terá que passar pela avaliação do Congresso Nacional.

O PL de Bolsonaro visa formalizar a exploração de recursos naturais das reservas indígenas e liberar o garimpo de minerais por atores privados. O texto também visa explorar os recursos hídricos para construção de hidrelétricas e termelétricas, bem como explorar fontes fósseis de energia (petróleo e de gás) nas reservas. Além disso, o projeto permite que os próprios índios explorem economicamente seus territórios com agricultura, pecuária e turismo.

O governo, por meio do Ministério de Minas e Energia, se apoia no Artigo 231 da Constituição, que menciona assegurar às comunidades participação nos resultados das lavras destinadas a extração de minérios. Segundo o texto do PL, as comunidades indígenas terão poder de veto para a atividade de garimpo, mas serão apenas consultadas previamente nos casos de exploração dos recursos hídricos para geração energética.

Se aprovado, o projeto colocará mais uma vez o governo brasileiro em evidência negativa no cená-

rio internacional, desta vez por não respeitar os direitos dos povos originários. A decisão do governo Bolsonaro terá como consequência o crescimento das invasões de terras indígenas, desmatamento e aumento dos conflitos entre garimpeiros e índios.

### Flexibilização do licenciamento ambiental

Após pressão da oposição e sociedade civil organizada, deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) cedeu e fez duas alterações no texto do Projeto de Lei nº 3.729/2004, que versa sobre o licenciamento ambiental. Em agosto de 2019, o PL havia sofrido uma verdadeira reviravolta ao ter um substitutivo apresentado por Kim Kataguiri, designado relator do PL pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Ao desvirtuar o PL de seu objetivo inicial de regular as atividades de degradação ambiental via Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), a primeira versão do texto substituto proposto por Kim pretendia aplicar o conceito de autolicensing para empreendimentos de significativo impacto (como a ampliação e a pavimentação de rodovias, inclusive na Amazônia), bem como excluir os impactos classificados como “indiretos” do licenciamento ambiental. Outra questão defendida pelo deputado é a permissão para cada estado e município dispensar atividades de licenciamento, abrindo caminho para uma guerra anti-ambiental entre entes federativos para atrair investimentos.

Para tentar se esquivar das críticas da oposição, Kim cedeu em duas mudanças no texto de seu substitutivo. Segundo matéria publicada pela Climainfo, o primeiro ponto alterado no texto menciona que somente projetos de baixo impacto poderão pedir a autorização para construir antes da avaliação do órgão licenciador. Enquanto a segunda alteração cita que, para obter a licença, o proponente precisará compensar os impactos diretos e indiretos provocados pelo projeto.

Mesmo com as alterações realizadas, significará uma flexibilização do licenciamento ambiental, bem como colocará em risco o meio ambiente e acarretará em impactos negativos para toda a sociedade.

### Regulamentação da energia solar

A regulamentação do setor gerador de energia solar entrou para o debate nacional em janeiro de 2020. O motivo foi à possibilidade de retirada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de um subsídio que beneficia os geradores pelo custo do serviço de transmissão e distribuição da energia solar.

Não há dúvidas que o Brasil possui vantagens comparativas em relação ao resto do mundo por possuir uma matriz energética diversificada com elevada participação de fontes renováveis, entre elas as geradas por fontes hídricas ou por biocombustíveis. Em 2017, a participação das fontes renováveis no total de energia consumida no Brasil era de 43,5%, enquanto no mundo essa participação era de 13,9% (dados da Agência Internacional de Energia).

No entanto, ainda falta para o país avançar na geração de energias renováveis alternativas como a solar e a eólica. Atualmente, apenas 0,6% de nossa matriz energética é composto por essas fontes (especificamente no setor elétrico essa participação é de 5,6% do total consumido), sendo que sua participação no mundo é três vezes superior. Os compromissos ambientais internacionais assumidos pelo governo brasileiro em torno do Acordo de Paris indicam para uma meta de expansão de 23% da participação de eólica, biomassa e solar até 2023.

Então, se existe uma espécie de consenso sobre a importância da energia solar na matriz energética brasileira, o que está em debate? A essência está em qual a melhor forma de incentivar a geração de energia solar e quem paga a conta desse incentivo.

O modelo atual isenta domicílios e empresas que atuam como geradores de energia solar do pagamento de encargos pelo uso da rede de distribuição e transmissão. Segundo a Aneel, esses geradores correspondem a 163 mil unidades com uma potência de 2.054 MW, entre eles estão empresas do setor bancário, varejista, de comunicação, do agronegócio e também domicílios com placas solares instaladas no telhado. Essas unidades produtoras jogam energia durante o dia e recebem durante a noite utilizando o serviço da rede de transmissão e distribuição.

A Aneel propôs regular o serviço prestado pelo uso da rede de transmissão e distribuição, mas Bolsonaro optou por continuar com o subsídio do setor, que até o momento está mantido. O estímulo à geração de energia solar é importante, mas existem outras formas de o Estado subsidiá-la, como criar um programa específico para tal, previsto no orçamento da União inclusive.

Da maneira como está modelado, a conta do incentivo pelo uso gratuito da rede é paga pela totalidade dos consumidores de energia elétrica e acaba gerando desigualdades sociais, uma vez que as pessoas físicas e jurídicas capazes de investir em painéis solares possuem uma renda bem maior que a média da população.

Quanto maior a quantidade de unidades produtoras de energia solar, maior a conta a ser distribuída entre os consumidores, estimada hoje em 2,5 bilhões de reais. No início do processo, ainda com poucos geradores solares utilizando a rede, o subsídio teve importante papel para a necessária expansão do setor. Atualmente, o valor do subsídio é semelhante ao desconto da Tarifa Social de energia para população de baixa renda criada pelo governo Lula (equivalente a 2,6 bilhões de reais). Dessa forma, o debate está longe de se esgotar e circula sobre qual o melhor modelo para incentivar a geração de energia solar, sem onerar os mais pobres pelo pagamento do custo do incentivo.

### Questão agrária

Em dezembro de 2019, a Medida Provisória 910/2019, que versa sobre a regularização fundiária, foi lançada em evento no Palácio do Planalto. Apesar da tentativa dos participantes do governo em apontar a iniciativa como moderna e positiva para o país, ela abre caminho para a legalização da grilagem e beneficia grandes proprietários desmatadores e invasores de terras.

Vale a pena resgatar três aspectos a respeito da medida. O primeiro é o aumento do tamanho do módulo fiscal de terra a ser regularizado. A MP permitirá que seja regularizado o equivalente a até quinze módulos fiscais, sendo que a legislação anterior limitava

a regularização no máximo a quatro módulos. Em outras palavras, altera o foco da regularização da pequena para a média/grande propriedade rural.

O segundo aspecto diz respeito ao mecanismo de autodeclaração para quem solicita a regularização. A MP menciona que o Incra dispensará a realização de vistoria prévia de imóveis com até quinze módulos fiscais, sem prejuízo ao poder fiscalizatório. A vistoria prévia irá ocorrer apenas em situações específicas, como embargo ou infração ambiental. Ou seja, o processo de regularização de até quinze módulos fiscais poderá se dar por autodeclaração.

Por fim, o terceiro aspecto refere-se ao período de comprovação da posse para solicitar a regularização. O texto da medida passou de julho de 2008 para maio de 2014 o período de comprovação de ocupação da terra. A ampliação da data de solicitação de posse pode estimular a continuidade da grilagem das terras da União, levando em consideração possíveis ampliações de período em legislações futuras.

### Fórum Econômico Mundial

Em janeiro deste ano ocorreu a 50ª edição do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. O evento anual que tradicionalmente visa o interesse dos grandes países capitalistas e o aumento da acumulação de capital contou com a presença de mais de cinquenta chefes de Estado de todo o mundo.

De forma geral, o Fórum discutiu a conjuntura econômica mundial por meio do habitual viés neoliberal, mas nessa edição teve como prioridade também a questão ambiental. Embora o encontro seja relevante para o cenário econômico mundial, o presidente Jair Bolsonaro cancelou sua participação e não enviou nenhum representante do Ministério do Meio Ambiente. Em seu lugar, enviou Paulo Guedes, ministro da Economia.

No dia 22 de janeiro, houve uma mesa específica para debater “o futuro sustentável da Amazônia”, na qual o governo brasileiro sofreu críticas pela desestruturção da política ambiental ocorrida no primeiro ano da gestão de Bolsonaro, marcada pelo avanço do desmatamento, das queimadas e pela extinção do Fundo Amazônia para preservação da floresta.



### **COP 25 e atuação brasileira decepcionam**

Terminou de forma frustrada, em dezembro de 2019, a Conferência pelo Clima da ONU (COP 25), em Madri. A frustração se deu em relação aos avanços esperados, que ficaram basicamente para serem debatidos na COP 26, do ano que vem, na Escócia. O Brasil foi muito criticado por apresentar uma postura de "chantagem imatura", alcunhada por negociadores de outros países ao identificar que o país bloqueava pautas de discussão, prometendo, em reuniões bilaterais, liberá-las caso os "países ricos" doassem recursos ao governo brasileiro, o que não aconteceu.

De fato, apenas alguns detalhes da regulamentação do Acordo de Paris foram resolvidos, como linguagem técnica, definições para reparação por perdas e danos climáticos e questões de gênero. O objetivo principal do evento, que era regulamentar o artigo do Acordo, que trata da criação de um mercado de carbono para incentivar ações de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas ficou para o ano que vem.

Ao contrário do governo federal e dos representantes ruralistas brasileiros presentes, quem conseguiu avançar na pauta de captação de recursos foram o Consórcio Interestadual da Amazônia e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que fizeram reuniões com representantes da Noruega, Alemanha e França e firmaram protocolos de intenções com este último. A intenção do Consórcio Amazônico é ter acesso diretamente aos recursos suspensos do

Fundo Amazônia em troca do comprometimento regional de redução das emissões de carbono.

Com receio de não atingir suas próprias metas climáticas, o Brasil colocou em pauta uma vergonhosa proposta de dupla contagem das reduções de emissão de carbono, desejando contabilizar também para si os créditos de carbono que o país vende para outras nações, o que foi de pronto rechaçado pelos demais países, que acusaram o Brasil de atentar contra a integridade do Acordo de Paris.

### **Conclusão**

A atual conjuntura brasileira vem se tornando predatória ao meio ambiente e também para alguns grupos sociais do campo e da floresta. Conforme exposto, as medidas tomadas pela gestão do governo Bolsonaro vem influenciando negativamente a pauta ambiental, indígena e de acesso a terra. Nos fóruns internacionais, como o de Davos e da COP 25, o Brasil vem se mostrando descompromissado em cumprir as metas do Acordo de Paris para redução dos gases de efeito estufa. No campo legislativo, o governo federal e sua bancada de apoio vêm atuando via projetos de lei e medidas provisórias que terão impacto prejudicial ao meio ambiente, aos povos indígenas e a participação social em um futuro próximo, sendo exemplos disso a composição autoritária do Conselho da Amazônia, a MP da grilagem, o PL do licenciamento ambiental e também o PL que visa a exploração de recursos naturais em reservas indígenas.

*Esta seção aborda o acirramento dos conflitos da mídia tradicional brasileira com Bolsonaro, a repercussão nas redes sociais dos ataques misóginos do presidente à jornalista da Folha de S.Paulo Patrícia Campos Mello e os principais assuntos noticiados sobre o Brasil na imprensa internacional.*

## Imprensa tradicional em guerra com Bolsonaro

Os conflitos dos principais grupos da mídia tradicional brasileira com Bolsonaro se intensificaram neste início de 2020 e explicitaram-se particularmente no posicionamento editorial dos jornais em relação a dois temas: o envio de vídeos por whatsapp pelo presidente para convocar manifestação contra o Congresso Nacional e a misoginia bolsonarista contra a jornalista da *Folha de S.Paulo* Patrícia Campos Mello.

No dia 18 de janeiro o jornal *O Estado de S.Paulo* já havia publicado o editorial “Bolsonaro e sua circunstância”, criticando rompantes do presidente e de sua equipe ministerial ao longo dos últimos meses, cuja linha fina afirma que “o assessor que se inspirou em Goebbels só foi exonerado porque houve uma grita generalizada. O conteúdo da fala é o que Bolsonaro já disse inúmeras vezes”.

Novamente, no dia 27 de fevereiro, o *Estadão* publicou editorial depreciativo motivado pela notícia de que o presidente enviou mensagens de seu número privado conclamando a sociedade a participar de protestos da extrema-direita no dia 15 de março: “O presidente e os golpistas”. No texto, destrói a escusa de Bolsonaro sobre o cunho pessoal das mensagens enviadas de seu celular convocando a sociedade a participar de manifestações contra o Congresso: “Os cidadãos são livres para se manifestar contra quem bem entenderem, mas um presidente da República não é um cidadão comum e não pode permitir que seu nome seja usado para

alimentar um protesto contra os demais Poderes constituídos.” E, no dia 29, mais um duro texto, “A pequenez da presidência”, no qual destaca a perda de apoio popular do chefe do Executivo e analisa a divisão entre os vários grupos da extrema-direita.

As mensagens enviadas pelo presidente também foram tema de editorial do jornal *O Globo* publicado no dia 26, cujo título é “Bolsonaro atenta contra a Constituição”, como se isso fosse novidade nas ações do mandatário. O texto diz que “À medida que o ex-capitão foi revelando toda a face de extremista, e não apenas na política, boa parte destes eleitores se afastou. Bolsonaro tornou-se, então, um presidente de baixa popularidade, sustentado por milícias digitais e claques de porta de Palácio.”

A *Folha de S.Paulo* publicou em 20 de fevereiro o editorial “Limite a Bolsonaro”, no qual adverte que “talvez só o temor de um processo de impeachment possa deter a perigosa aventura”. O texto afirma que “a escória do bolsonarismo difunde mensagens de ataque e insulto ao Congresso Nacional e de exaltação a oficiais militares, um apelo a sua intervenção. Trata-se de golpismo de extrema-direita, francamente minoritário no país.” E conclui: “Da resposta firme e inequívoca às provocações depende a continuidade da marcha civilizatória no Brasil.”

Outro tema que motivou os mais importantes grupos de mídia a publicarem editoriais contra o presidente foram os ataques misóginos à jornalista

Patrícia Campo Mello. Em nota, a *Folha de S. Paulo* afirmou que "o presidente da República agride a repórter Patrícia Campos Mello e todo o jornalismo profissional com a sua atitude". "Vilipendia também a dignidade, a honra e o decoro que a lei exige do exercício da Presidência". No editorial do dia 18, "Sob ataque, aos 99", o jornal afirma que "o chefe de Estado comporta-se como chefe de bando. Seus jagunços avançam contra a reputação de quem se antepõe à aventura autoritária. Presidentes da Câmara e do Senado, ministros do Supremo Tribunal Federal, governadores de estado, repórteres e organizações da mídia tornaram-se vítimas constantes de insultos e ameaças."

No texto do *Estadão*, do dia 20, intitulado "Descontrole total", o jornal diz que "o que aconteceu nos últimos dias é mais do que simplesmente uma reiteração da falta de moderação de Bolsonaro; trata-se de demonstração cabal da incapacidade do presidente de controlar a própria língua e, por extensão, o governo que chefia."

Como escreveu brilhantemente a Socialista Morena em seu blog, foi preciso que Bolsonaro atingisse a corporação para que jornalistas de direita compreendessem que machismo não é mimimi.

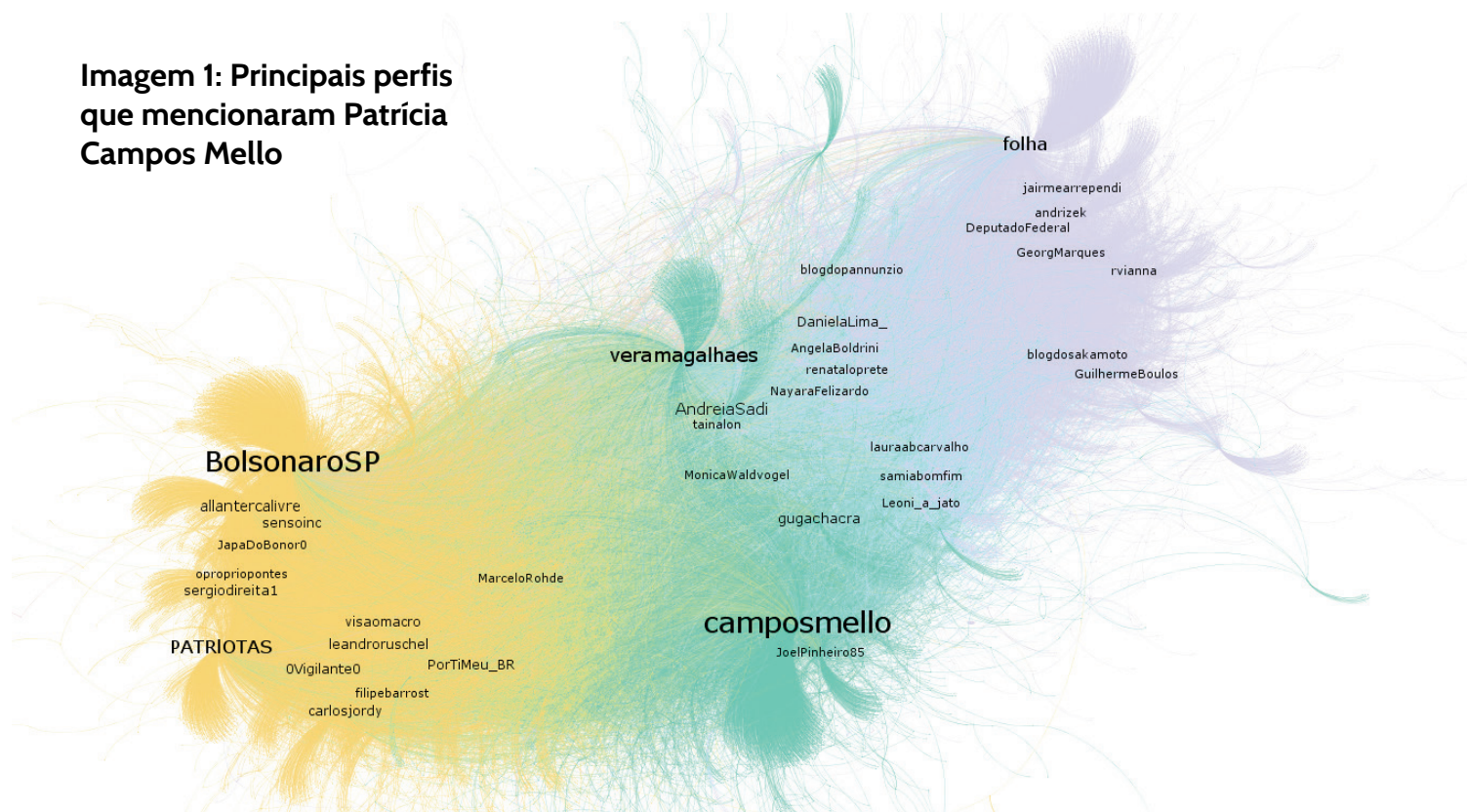
### Os ataques à jornalista da *Folha*

Os ataques à jornalista Patrícia Campos Mello foram o centro de mais uma ofensiva bolsonarista contra a imprensa e as mulheres no Brasil. De forma misógina e indecorosa, perfis influenciadores da rede bolsonarista auxiliaram no linchamento virtual da jornalista da *Folha de S. Paulo*.

O uso da máquina pública para atacar adversários políticos, censurar a imprensa e promover perseguições virtuais contra aqueles que ousam se posicionar contra as medidas do atual governo não é algo novo. Pelo contrário, esse tipo de ação vem sendo a regra do governo Bolsonaro. No entanto, no episódio em questão, a escalada na violência contra uma pessoa atingiu patamares inéditos até aqui.

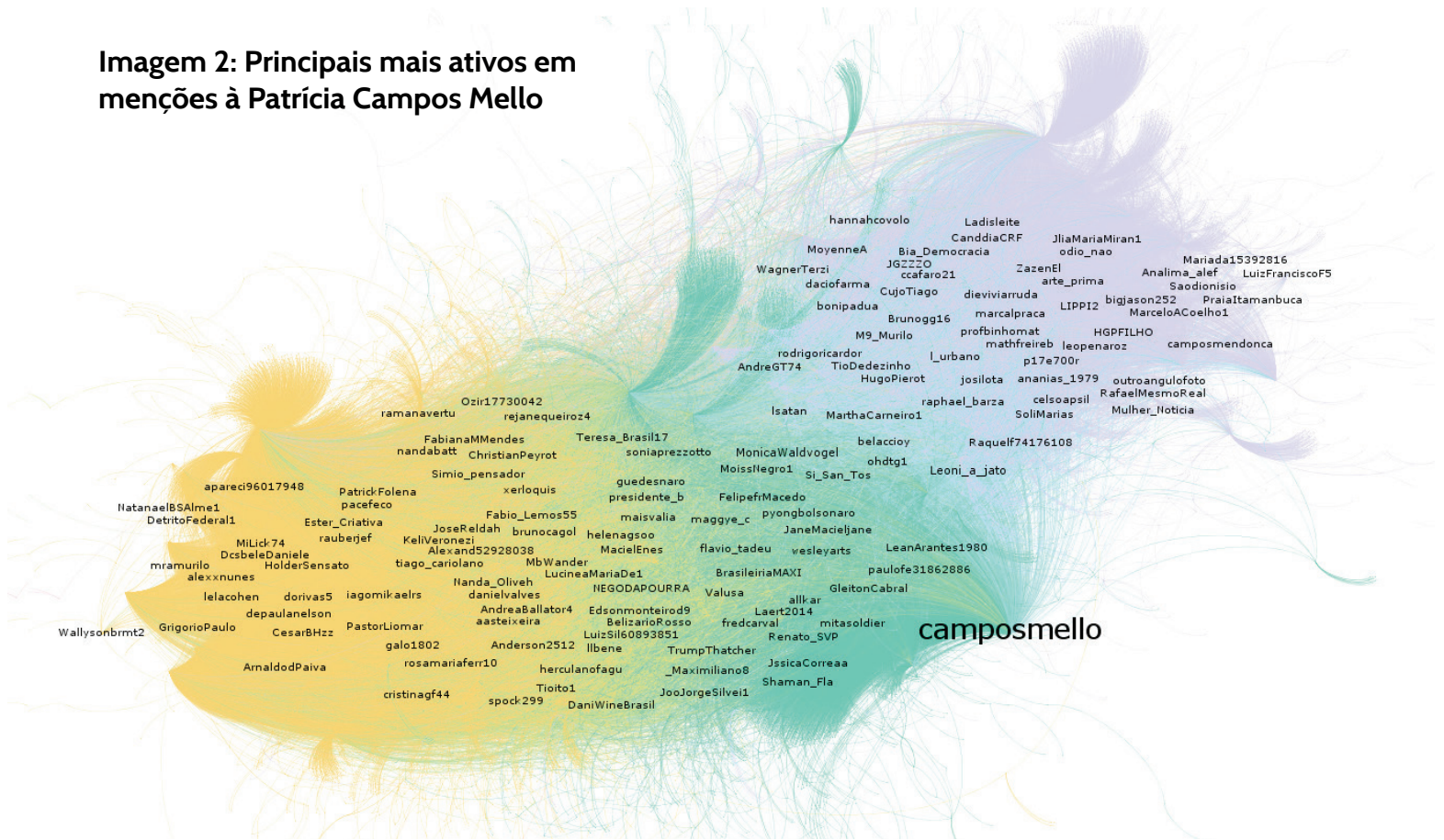
Durante o ataque massivo das redes bolsonaristas contra a jornalista, foi possível observar (imagem 1) quem são os usuários que lideraram a ofensiva: Eduardo Bolsonaro, Allan Terça Livre, Patriotas, Carlos Jordy, Leandro Ruschel, entre outros. Basicamente os mesmos usuários que sempre participam e/ou promovem esse tipo de ação nefasta nas redes sociais online. Já na imagem 2 os perfis que citam a jornalista mais de trinta vezes – um volume impressionante.

Imagem 1: Principais perfis que mencionaram Patrícia Campos Mello





## Imagem 2: Principais mais ativos em menções à Patrícia Campos Mello

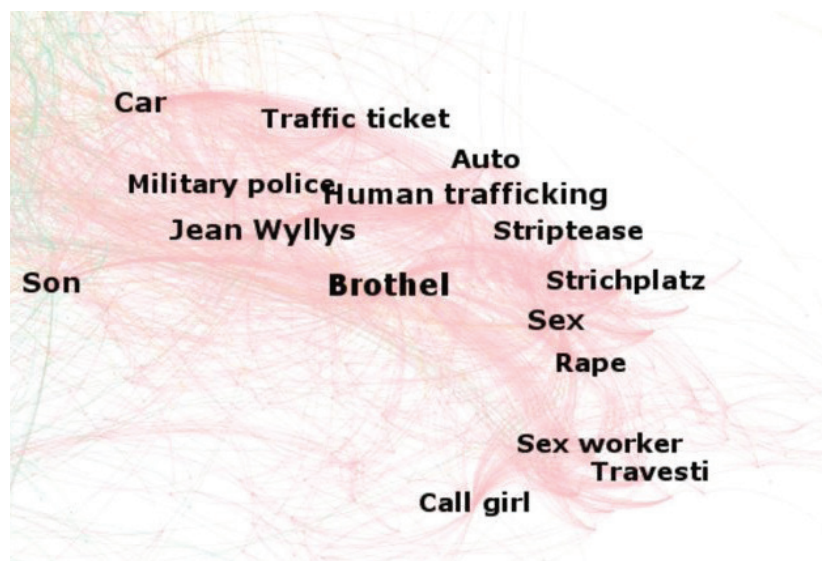


Mas como se identificam os usuários que promovem este tipo de ataque à jornalista, de forma tão misógina, rasteira e nefasta? A primeira imagem, uma nuvem de palavras, apresenta os termos mais utilizados pelos usuários para se definir em seus bios do Twitter: pais, conservadores, família, patriotas, cristãos, casados, anti-esquerda, entre outros. Esse “padrão” de definição é extremamente comum em agrupamentos de rede bolsonaristas.

### Termos mais utilizados pelos usuários

Por fim, as imagens compartilhadas pelos usuários que atacaram Patrícia nas redes sociais online. Parte do resultado desta análise é a imagem a seguir, fruto de um mapeamento feito a partir dos elementos de nove mil imagens publicadas durante ataques de bolsonaristas à jornalista. Um dos grupos mais presentes nas imagens de ataques à profissional - promovidos pelos homens, cristãos, conservadores e casados - traz elementos como striptease, estupro, sexo, travesti, prostituta, puteiro e tráfico humano.

### Imagens utilizadas para atacar Patrícia Campos Mello





A ofensiva contra a jornalista remete ao livro *Holocausto Brasileiro*, de Daniela Arbex. Nele, a autora apresenta a história vexatória do Hospital Colônia, em Barbacena, no interior de Minas Gerais. A autora lembra que no início do século 20 muitas das mulheres que lá estavam eram "filhas de fazendeiros que tinham comportamento considerado inadequado para um Brasil, à época, dominado por coronéis e latifundiários (...)". Hoje, Patrícia Campos Mello é alvo dos mais variados ataques nas redes sociais. É revoltante observar que, mesmo tantos anos depois as práticas da direita reacionária, latifundiária e militarista brasileira, ao deparar com mulheres que buscam questionar aqueles que detêm o poder, se perpetuam como um câncer em nossa sociedade.

### O Brasil na imprensa estrangeira

As informações que circulam no mundo sobre o Brasil nos grandes veículos de jornalismo tratam, majoritariamente, das ações do governo Bolsonaro que são contrárias às ideias de bem-estar social. Não há novidade na forma como esses periódicos enxergam o atual governo brasileiro ou as suas ações.

Trata-se, na verdade, da continuidade do que vem sendo noticiado desde a campanha eleitoral de 2018. Na época, a imprensa estrangeira informava ao mundo que Jair Bolsonaro era um político de extrema-direita, racista, machista, homofóbico, preconceituoso, que considerava os povos indígenas inimigos. Além disso, o então candidato já tinha postura autoritária, era descrito como um adorador de governos ditatoriais e que considerava a esquerda como uma inimiga a ser aniquilada.

A constatação ao acompanhar a imprensa estrangeira é de que nada mudou. No início de 2020, os grandes jornais internacionais confirmam que o discurso ideológico de Jair Bolsonaro está sendo, de fato, aplicado pelo governo brasileiro.

No começo de fevereiro, *Al Jazeera*, *Deutsch Welle* e *El Mundo* publicaram reportagens sobre a proposta do governo de liberar a exploração de mineração em terras indígenas. Os textos tratam do projeto como uma afronta aos povos indígenas e reforçam que a liberação já é considerada como mais um ataque ao meio ambiente. Desde que Bolsonaro

assumiu foram vários, o pior deles a explosão de incêndios na Floresta Amazônica. Após o ocorrido, Jair Bolsonaro passou a adotar uma linha mais amena com relação à questão ambiental, somente em seu discurso, mas antes ele próprio se intitulou como o capitão motosserra.

Em 11 de fevereiro, o canal de notícias alemão *Deutsche Welle* publicou reportagem sobre a violência na região amazônica. O assunto é recorrente na imprensa europeia, que é mais atenta à questão ambiental. A reportagem abordou, especificamente, a situação na cidade de Novo Progresso, no Pará. A publicação conta a história de uma mulher que lidera uma cooperativa de produtores e que precisou esconder o filho porque este foi espancado e ameaçado de morte por homens encapuzados.

Já em 25 de fevereiro, o espanhol *El Mundo* publicou notícia sobre o missionário evangélico que foi indicado para cuidar da diretoria responsável por cuidar de tribos indígenas isoladas da Amazônia.

Ainda sobre o discurso preconceituoso de Jair Bolsonaro e como este se apresenta no seu governo, a rede inglesa *BBC* publicou reportagem sobre a indicação de Sergio Camargo para a direção da Fundação Cultural Palmares. A notícia afirma que o governo apontou um negacionista do racismo para defender os direitos da população negra. O texto afirma que Bolsonaro está destruindo a forma como a política costumava ser feita no Brasil. Essa é uma afirmação significativa, pois considera que exista uma mudança negativa em tudo o que vinha sendo construído na tentativa de chegar a consensos na sociedade brasileira, como a existência do racismo.

No dia 7 de fevereiro, o também inglês *The Guardian* publicou um manifesto assinado por artistas e intelectuais brasileiros como Chico Buarque, Caetano Veloso, Sebastião Salgado, Petra Costa, Djamila Ribeiro, entre outros, em que se denunciavam as ameaças à liberdade de expressão e à democracia que vêm sendo feitas pelo presidente da República. No mesmo sentido, no dia 22, o jornal francês *Le Monde* publicou reportagem sobre o desmonte da Agência Nacional de Cinema (Ancine). A reportagem mostra como a agência vem sofrendo um verdadeiro desmonte e como o cinema nacional está sendo desidratado.

Diretores de cinema reconhecidos afirmaram ao jornal que as obras premiadas que estão aparecendo no período atual foram produzidas há um bom tempo, quando a produção cinematográfica ainda tinha apoio. Porém, daqui a dois ou três anos a sociedade brasileira vai sentir a diferença em relação à política de apoio ao cinema nacional.

Ainda sobre a política ideológica de Jair Bolsonaro antipluralidade e antipovo, a Al Jazeera publicou reportagem sobre os cortes no programa Bolsa Família e como milhões de brasileiros estão sendo atirados à própria sorte pelo governo federal.

Durante o mês de fevereiro também foram analisadas reportagens que abordavam a ascensão de ideologias e grupos conservadores no Brasil. A revista alemã, *Der Spiegel* publicou texto sobre a constituição de um Palácio do Planalto totalmente militar. De acordo com o periódico, os militares estão chegando ao poder pela porta dos fundos.

Já o jornal *Le Monde* publicou reportagem sobre a perseguição ideológica que ocorre dentro do Itamarati, na qual sete diplomatas foram ouvidos sob a condição de anonimato. A ascensão de grupos conservadores incentivados pelo discurso do governo Bolsonaro também foi tema de reportagem do *Wall Street Journal* e do *The Guardian*.

Por fim, o jornal *Le Monde* publicou reportagem sobre a postura do Partido dos Trabalhadores e da oposição ao governo Bolsonaro. A perspectiva apresentada no texto e por um cientista político consultado pela reportagem é de que haveria uma certa paralisia do PT e do ex-presidente Lula. Infelizmente, a reportagem não ouviu nenhuma fonte que pudesse falar pelo PT, apenas analisou discursos feitos durante a festa de 40 anos do partido. A lógica apresentada pela reportagem do *Le Monde* é a mesma da imprensa tradicional brasileira.

# MOVIMENTOS SOCIAIS



foto: Federação Única dos Petroleiros

*Durante vinte dias, petroleiros e petroleiras, paralisados, enfrentaram Executivo truculento, indiferença da mídia, perversidade do Judiciário e apatia da população. Em março, nova disputa nas ruas*

## Greve de coragem e alto risco e a disputa nas ruas

Depois que esta edição do *Boletim Mensal* estiver concluída, será possível avaliar as manifestações do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e, logo em seguida, atentar para o que deve ocorrer no dia 15, marcado pela convocação do presidente da República por atos de rua contra o Congresso Nacional, contra o poder Judiciário e a favor do governo. Um pouco adiante, dia 18, será a vez de os servidores públicos das três esferas de governo realizarem um dia nacional de paralisação, com apoio dos movimentos sociais. Serão testes de força, nas ruas e locais de trabalho, para ambos os lados do que a mídia convencionou chamar de polarização do Brasil.

Até lá, talvez, a julgar pelos ventos que sopram neste cada vez mais estranho verão de 2020, a sensação inicial causada pela expectativa dos primeiros dias da greve nacional dos petroleiros terá sido esquecida. Ou não, a depender da possibilidade de retomada do movimento grevista junto com a mobilização dos servidores, caso tome embalo a partir dos resultados da negociação com a Petrobras, mediada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), e do estado de ânimo gerado pelas manifestações dos dias 8 e 15.

A greve da categoria petroleira, que irrompeu no dia 1º de fevereiro em protesto à demissão de mil trabalhadores e trabalhadoras e o fechamento da unidade de Nitrogenados de Araucária (PR), foi a

principal mobilização social do mês. Por sua organização e alcance (21 mil trabalhadores e 121 unidades paradas), acrescidas da dose de dramaticidade do acampamento montado por quatro dirigentes grevistas no edifício-sede da companhia, no Rio de Janeiro, e da ação criativa de venda de milhares de bujões de gás a preços subsidiados pelos sindicatos, como denúncia da política de preços da Petrobras, a greve foi uma demonstração inegável de coragem e uma aposta de alto risco.

Os grevistas e seus sindicatos não desafiaram apenas a truculência explícita do governo federal e de alguns de seus apoiadores nos executivos estaduais, que não teriam tido constrangimentos ao dizimar o movimento a tiros e cassetetes, caso julgassem oportuno. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), fruto de cisão sindical em 2006, assim como os sindicatos locais filiados, enfrentaram igualmente a indiferença da mídia comercial, que não divulgou as razões nem o cotidiano do movimento e pontualmente abriu espaço para informes rápidos sobre as decisões totalmente antissindicalistas e antidemocráticas do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Este, por sinal, tendo o ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho como principal avatar, representou o mais feroz e mutante inimigo.

### Primeiro estrangula-se, depois...

Em decisões monocráticas, o feroz Gandra Filho determinou pesadas multas diárias de até 500 mil reais aos sindicatos, ao mesmo tempo em que suspendeu o repasse financeiro das contribuições voluntárias dos sindicalizados às entidades enquanto o movimento durasse. Mutante – ou híbrido, como os automóveis que as pesquisas da Petrobras ajudaram a desenvolver no país – o ministro depois posava de democrata ao propor-se intermediário de uma negociação entre os já cercados grevistas e a empresa, que por sua vez não fez um único gesto de conciliação durante os vinte dias de greve. Para apertar ainda mais o garrote, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, em decisão também monocrática, corroborou a postura do TST. Os petroleiros recorreram. Em vão.

A greve então foi temporariamente suspensa – condição imposta pelo TST para dar início ao processo de negociação que a empresa se recusava a abrir – após recomendação do Conselho Deliberativo da FUP ter sido aprovada em assembleias por todo o país. Nessas audiências de conciliação intermediadas pelo TST, a partir do dia 21 de fevereiro, a Petrobras insistiu em não revogar as demissões, tampouco o fechamento da fábrica em Araucária. Ofereceu benefícios adicionais, ao modo de um processo de demissão voluntária, que incluem dois anos de seguro-saúde para os que assinarem os termos, e cursos de requalificação profissional.

Quanto às punições financeiras que haviam sido determinadas pelo TST, a FUP, a FNP e os sindicatos conseguiram um corte substancial, após as rodadas de negociação. Dos 55 milhões de reais previstos pela decisão anterior, as entidades vão pagar dois milhões de reais, equivalentes à retenção das mensalidades sindicais do conjunto das entidades relativas apenas ao mês de fevereiro. O não-pagamento dos dias parados dos grevistas também teve seu impacto reduzido na mesa de conciliação, sendo restrito à metade.

Por outro lado, um desejado efeito cascata que a greve poderia ter produzido não aconteceu. Entidades sindicais, movimentos sociais, juristas e partidos manifestaram apoio, e parlamentares acionaram os três poderes em busca de intermediação.

Sem, contudo, gerar adesões ou comoção. Em entrevista ao portal da Fundação Perseu Abramo, um dos líderes acampados na sede da Petrobras, Deyvid Bacelar, havia manifestado a disposição dos grevistas de ir “às últimas consequências”. Na mesma ocasião, três dias após o início da greve, ele afirmou, entre o otimismo e o desalento: “Eu acredito que já passou da hora de a classe trabalhadora transformar todo esse sentimento de revolta e indignação, sofrimento e dor, em luta. Porque se nada for feito – e nós estamos aqui iniciando um movimento – nós veremos sim, este governo massacrar de vez a classe trabalhadora deste país”.

Nem mesmo as redes sociais associadas ou simpáticas aos sindicatos e ao pensamento progressista deram impulso significativo à greve para além dos arredores da empresa. Segundo monitoramento diário de redes, durante os vinte dias de paralisação a greve destacou-se positivamente nesse segmento das redes em apenas três momentos: quando Gleisi Hoffmann gravou vídeo em apoio, no dia 4; quando foi anunciada a presença de Lula em manifestação de apoio no Rio, no dia 7 (o ex-presidente não compareceria no dia seguinte), e no dia 19, quando divulgadas a expansão da greve para mais unidades e decisão punitiva do TST. O monitoramento citado usa quatro eixos (ou palavras-chave) para fazer o recorte da análise: Lula, PT, Bolsonaro e Lava Jato/Moro e o que estiver associado a eles a cada dia.

### Racismo explícito e destruição do INSS

A competição por espaços nas redes sociais analisadas, note-se, foi acirrada no período. A greve não suplantou em compartilhamentos e publicações a presença de Democracia em Vertigem no Oscar, o encontro de Lula com o papa Francisco, o assassinato do miliciano Adriano da Nóbrega na Bahia, os ataques à jornalista Patrícia Campos Mello, o chiste de Paulo Guedes sobre domésticas e Disneylândia, nem tampouco o aniversário de 40 anos do PT, comemorado em encontro realizado não muito distante do edifício-sede da Petrobras. A greve só não passou despercebida do noticiário graças ao esforço de mídias alternativas que a apoiaram.



Outra sequência de acontecimentos que não obteve destaque à altura nas redes sociais durante o mês de fevereiro foram manifestações explícitas de racismo ocorridas em diferentes cidades do país, como espancamento de jovem na Bahia por policiais militares, ofensas a professora negra proferidas por diretora de escola no Ceará, e duas artistas negras barradas no acesso a agência bancária e no embarque em aeroporto, no Rio e em São Paulo. Casos documentados. Nenhum punido pelas leis em vigor no país. Nenhum entre os mais comentados pelas redes.

No dia 14 de fevereiro, outra ação sindical que marca o período. Protestos contra o desmonte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram realizados diante de agências do órgão, que acumula histórica e vergonhosa fila de espera para concessão de aposentadorias e perícias médicas, mais um feito da dupla Bolsonaro-Guedes. Greves de servidores, como

a dos municipais de Joinville e dos estaduais em São Paulo, em 3 de março, também procuram resistir à temporada de retirada de direitos e desmonte dos serviços públicos inaugurada pelo golpe de 2016 e aprofundada pelo atual governo.

Como sinal desses tempos sombrios, integrantes da tropa de choque da PM paulista, escudada por novas regras repressivas aprovadas por decreto do governador tucano João Dória, adentrou os corredores da Assembleia Legislativa de São Paulo e com bombas de gás e balas de borracha reprimiu duramente – o sangue pelos corpos de manifestantes exibido em imagens na tevê e nas redes comprovam – os servidores que protestavam contra projeto de reforma previdenciária, no dia 3 de março. O projeto, que aumenta tempo e alíquotas de contribuição, foi aprovado por 59 votos a 32. A vida não está fácil para os movimentos sociais.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

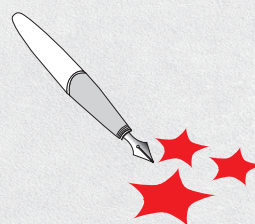
Partido dos Trabalhadores

## EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos e Artur Henrique da Silva Santos (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: William Nozaki. Equipe editorial: Antonio Carlos Carvalho (advogado); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Luana Forlini (internacionalista); Matheus Toledo, Vilma Bokany, Jordana Dias Pereira (sociólogos); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais). Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 4 de março de 2020. Foto da capa: Federação Única dos Petroleiros.



**BOLETIM DE  
ANÁLISE DA  
CONJUNTURA**



**F U N D A Ç Ã O**  
**Perseu Abramo**  
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091  
Vila Mariana - São Paulo - SP

**[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)**